

Inspired by water..

**OLI**



**Relatório Anual 2013**



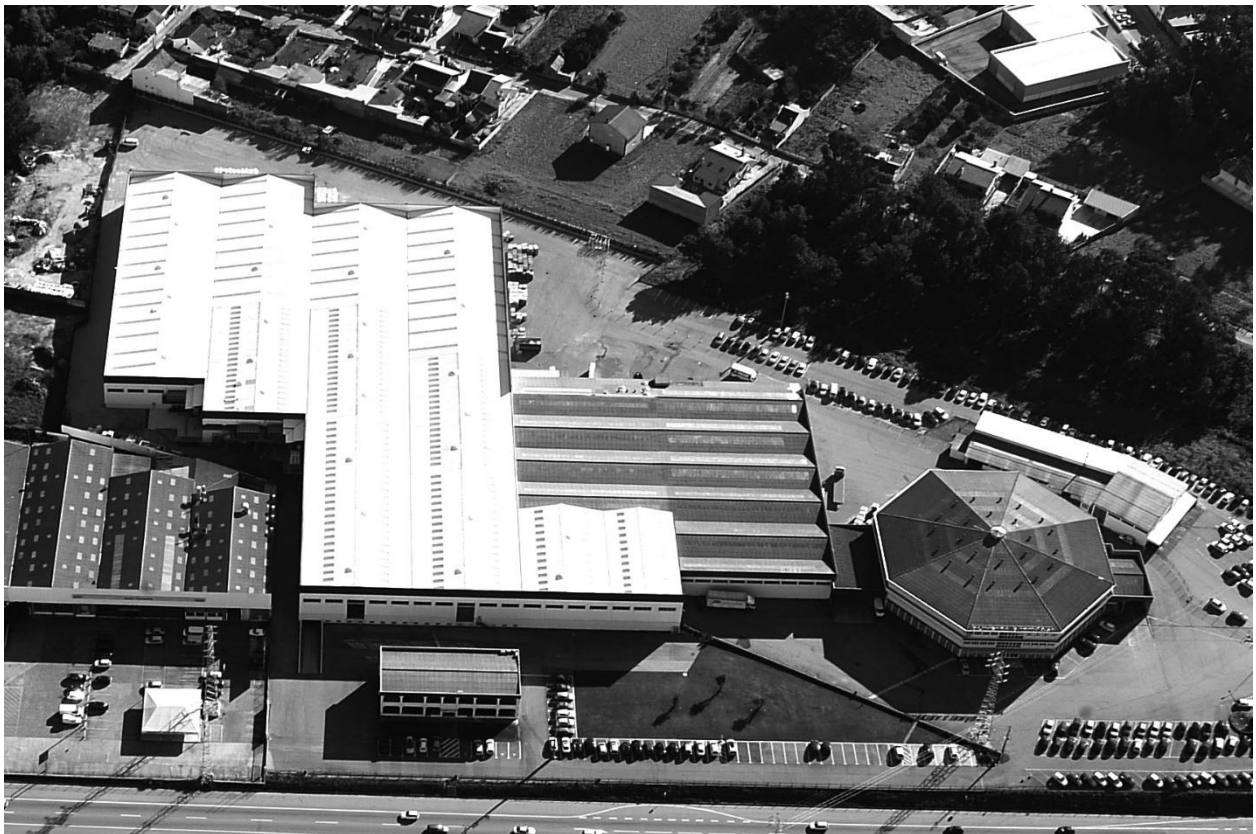
# Índice

I. Mensagem do Presidente .....	4
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais .....	5
1. Envolvente económica e desempenho.....	5
2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2013.....	6
3. Perspetivas para o exercício de 2014 .....	8
4. Análise económica e financeira .....	11
5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação .....	13
6. Marketing .....	14
7. Capital humano.....	15
8. Estratégia e evolução futura.....	17
9. Proposta de aplicação de resultados .....	19
10. Proposta de comparticipação nos lucros ao Conselho de Administração .....	19
11. Política de Dividendos .....	19
12. Sector Público Estatal.....	19
13. Agradecimentos.....	20
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração .....	21
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais .....	22
Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais.....	26
IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais .....	52
V. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais .....	53
VI. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	56
VII. Demonstrações financeiras consolidadas .....	61
Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas .....	65
VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas.....	82
VIII. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas .....	83

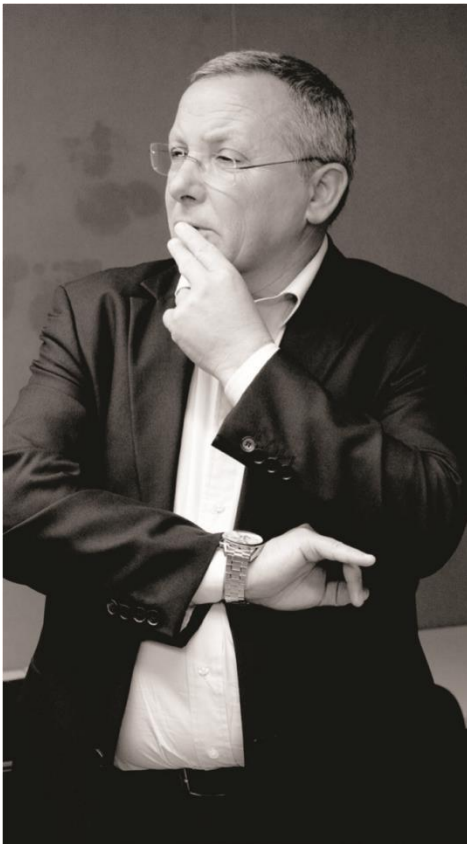


# Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2013, o Relatório de Gestão da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



[WWW.OLI.PT](http://WWW.OLI.PT)



## I. Mensagem do Presidente

Há 60 anos, 20 antes do 25 de Abril e 9 depois do fim da II Grande Guerra, nascia a Oliveira & Irmão, Lda., pelo espírito empreendedor dos seus fundadores! Portugal era um país pobre, com uma população maioritariamente analfabeta e submissa. A água canalizada era um bem raro! Os autoclismos, raros, eram em louça, ou, mais comuns, em ferro fundido.

A Oliveira & Irmão, por várias razões (e pela lei do condicionamento Industrial), nasceu como empresa comercial! Começou a comprar e vender artigos em ferro fundido, logo, alguns autoclismos (de campânula ou sifão). Volvidos 60 anos, Portugal é um país sem analfabetismo, mas igualmente submisso!

Na Oliveira & Irmão, em vez de comprarmos autoclismos para vender, produzimos (vários milhares por dia) os autoclismos que vendemos, em Portugal e em mais de 60 países! Os autoclismos podem, na sua indispensável função, ser peças de alta tecnologia e decorativas! Esperamos estar em sintonia com estas mudanças...

Temos um modelo de autoclismo interior que, cremos, fará a quadratura do círculo: uma placa de comando em cerâmica (por ora única no mercado!) com excelente design, que é acionada por aproximação (sem toque!), através de sensores capacitivos. O autoclismo e placa são autónomos em termos de energia, graças a um hidrogerador que utiliza a energia gerada pela entrada, no autoclismo, da água da rede!

Um salto de 60 anos e sempre a água, os autoclismos, a tecnologia e o arrojo e determinação das pessoas! Ao longo de 60 anos, a par da água e dos autoclismos, o rigor, a dedicação, muito trabalho, de muitas pessoas, e a atenção ao que se passa em redor, permitiram este longo percurso sem sair do mesmo tema!

Esperamos ser capazes de continuar a saber estar na frente da tecnologia, seja do uso da água (bem que tende a ser escasso, acreditamos), seja da gestão industrial! Manteremos o rigor e determinação, em todas as frentes, tentando permanecer atuais no modo como conjugamos os fatores necessários aos



bons resultados, quer do ponto de vista tecnológico, quer do ponto de vista económico. Do ponto de vista humano, continuaremos a privilegiar as pessoas na maneira como nos relacionamos com a sociedade e o mercado em geral.

## II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

### 1. Envolvente económica e desempenho

A economia da Europa, que continua a ser o mais importante destino das nossas vendas (81% do total das exportações), continuou, em 2013, numa fase de semi-letargia, com clima desfavorável ao crescimento da economia. Em particular os sectores relacionados com a construção continuaram sem vigor.

A Europa continua refém dos efeitos dos programas de austeridade dos diversos governos e tarda em libertar-se das consequências da grave crise económica mundial dos últimos anos e das medidas adotadas posteriormente com o intuito de atacar esta crise. Este clima levou, por um lado ao contágio e abrandamento da procura a leste, por outro lado a que os nossos concorrentes procurassem, também eles, novas saídas fora da Europa.

Em Portugal continuamos num processo de "reorientação" da economia em geral. A construção nova deixou de existir e a reabilitação tarda a acontecer! Os indicadores macroeconómicos e a alta taxa de desemprego condicionam fortemente o desempenho da economia real.

Continuamos a assistir a um forte redimensionamento do mercado (comércio materiais de construção) do lado da oferta, com várias empresas a fechar ou a apresentarem programas de reestruturação profunda. Há mesmo o risco de perturbações ou desestabilização na cadeia de abastecimento, com um redimensionamento da distribuição de materiais de construção a nível nacional. O possível desaparecimento de algumas importantes empresas do sector, com o vazio que isso ocasionará, poderá levar a um "premature" aumento de quota de mercado das cadeias de distribuição moderna.

O Médio Oriente, geografia em que resolvemos reforçar a nossa presença, teve, em termos gerais, um bom comportamento (apesar das conhecidas perturbações geopolíticas que afetam uma grande parte de países desta região).

A África continua a apresentar interessantes taxas de crescimento, com clima propício à melhora da atividade económica no nosso sector.



Na América Latina, de um modo geral, o desempenho ficou aquém das expectativas, com alguns sinais de arrefecimento na região a toldarem as nossas expectativas.

De um modo geral o clima envolvente, salvo as exceções do Médio Oriente e África, apresentou tendências de abrandamento, estagnação ou mesmo de decréscimo. Por este facto e por não termos conseguido contrariar a tendência negativa dos mercados em que estamos mais presentes, as nossas vendas, no global, não só não aumentaram o que prevíamos (cerca de 10%), como diminuíram significativamente (7,5%) em relação ao exercício de 2012.

## 2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2013

### **Distribuição nacional e PALOP's**

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e PALOP's das mercadorias que compramos e dos produtos que fabricamos) representaram 23,3% do total das vendas da empresa (contra 20,7% em 2012) e apresentaram em 2013 um aumento de 3,8% em relação a 2012 (ano em que caíram relativamente a 2011).

Analisando a desagregação por famílias notamos uma diminuição de vendas dos produtos fabricados (principalmente na família de autoclismos interiores, consequência direta, cremos, da diminuição da atividade na construção).

A atividade comercial pura (compra e venda) recuperou algum do peso que vinha perdendo no total da atividade da empresa, com um peso de 11,1% (menos de 10% em 2012)

As vendas para os PALOP's tiveram um excelente desempenho, com um crescimento de 86,8% com um peso muito grande das vendas para Angola. Como escrevíamos há um ano implementamos uma nova



política de gestão deste mercado que começa a apresentar resultados interessantes e, cremos, sustentáveis.

O peso das vendas nos PALOP's tem vindo a aumentar de forma continuada e vemos este crescimento como solução para mantermos a estrutura comercial viva, uma vez que o potencial do mercado nacional se revela insuficiente para a nossa dimensão.

### Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um fraco desempenho com uma diminuição de cerca de 7,0% divididos como a seguir indicamos:

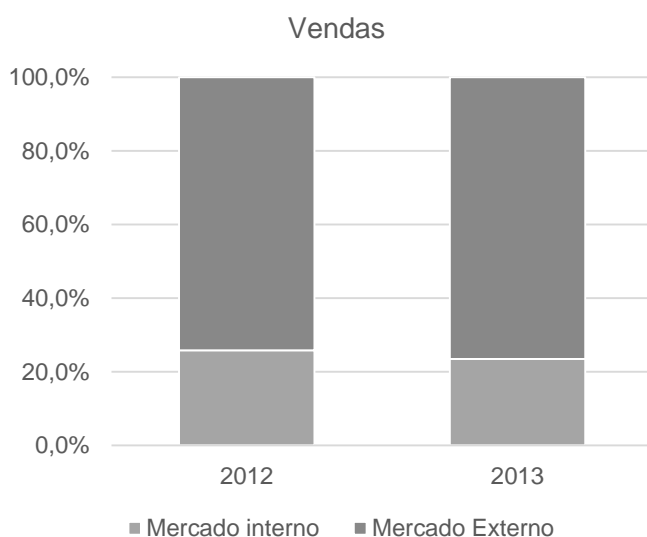
#### Exportação

A exportação de produtos industriais apresentou uma quebra de cerca de 8,2%. Analisando por regiões esta quebra foi mais significativa na Europa do Sul e no Leste, se bem que por razões diferentes. Em termos de margem bruta verificou-se também uma ligeira diminuição (cerca de 1pp).

#### Vendas a cerâmicas nacionais

As vendas de produtos industriais a cerâmicas nacionais teve um bom desempenho (um crescimento de cerca de 10,9%).

### Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício



As vendas globais atingiram o valor de €40.069.862 o que representa, como dito, uma diminuição de 7,5% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno: € 9.400.822 (24% do total da nossa faturação) o que significa uma diminuição em valor absoluto de 15,9% em relação a 2012
- Mercado externo: €30.669.040 (76% do total da nossa faturação) o que significa uma diminuição em valor absoluto de 4,6% em relação a 2012.

Por atividades, a desagregação das vendas totais é:

- A atividade industrial representou 76,2% das vendas totais
- A atividade comercial representou 23,3% das vendas totais



- Ea atividade imobiliária representou 0,6% das vendas totais.

Em termos de rentabilidade verificou-se uma significativa melhoria, tendo o resultado líquido atingido € 1.421.928 (contra €480.539 em 2012). Este resultado é consequência dos seguintes fatores principais:

- Resultado do core business industrial e comercial: €1.003.397 (contra €830.162 em 2012)
  - Ligeiro aumento da margem bruta (+0,3%)
  - Melhoria dos custos (-1,3%), não por ter havido uma diminuição do volume de vendas, mas também por melhoria da eficiência dos processos
  - Diminuição da fatura fiscal por vista dos incentivos relacionados com a inovação (SIFIDE) e o investimento (RFAI e CFEI)
- Resultado da atividade imobiliária: €-131.686 (contra €-59.608 de 2012).
- Resultados das participadas €550.217 (contra €-290.015 em 2012).

### 3. Perspetivas para o exercício de 2014

#### **Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)**

##### Mercado interno

Não prevemos alterações significativas a nível macroeconómico para Portugal. Sendo que, tecnicamente Portugal saiu da recessão, estando previsto um pequeno crescimento para 2014, a verdade é que, esta melhoria não chegou (nem vai chegar em 2014) à economia real e muito menos ao nosso sector. Não prevemos, por isso, melhorias no nosso mercado.

É possível que o desaparecimento e/ou redimensionamento de alguns importantes atores deixe o mercado mais arrumado e "arejado", mas... a falta de liquidez (por vezes agravada pela dimensão dos planos de reestruturação apresentados por algumas empresas) não vai permitir melhorias significativas.

Como dissemos acima, é possível que este rearranjo do mercado favoreça as cadeias de distribuição moderna e lhes proporcione um peso que potencie algum desequilíbrio do mercado e mesmo da normal relação oferta e procura (dado o peso negocial das organizações que pontuam nesta distribuição).





Por outro lado, sendo que o mercado que resta é o da reabilitação, falta ainda o mercado do arrendamento aceitar como boas e suficientes as medidas que o governo vem anunciando. Achamos que isso não vai acontecer no futuro próximo. Parece-nos ainda que falta muito tempo para que a reabilitação do edificado seja motivada por razões de simples aritmética económica (retorno interessante do capital investido).

Por outro lado, achamos que falta ainda muito para que as nossas mentalidades (de proprietários – refiro-me também aos da própria casa) se transformem e comecemos a encarar como óbvia, obrigatória e inadiável a necessidade de manter em estado irrepreensivelmente novo os espaços que utilizamos e habitamos (e erradicar o estado de desleixo e abandono do edificado do país). Claro que, por vezes, esta mentalidade é agravada pela difícil gestão de condomínios, mas a verdade é que não existe ainda em Portugal o hábito e o gosto de manter o edificado em estado exemplar!

Não prevemos, por tudo isto, um crescimento do mercado, o que nos obriga a repensar a dimensão e modelo do nosso negócio no mercado interno e pensar mais dinâmica e conseqüentemente no mercado externo

#### Mercado externo

Para a atividade comercial o mercado externo resume-se aos PALOP's. A nossa expectativa é a de conseguirmos um interessante crescimento das vendas nos PALOP's.

Por um lado, contamos com uma melhoria generalizada do clima económico naqueles países, por outro lado, acreditamos que as mudanças implementadas (e em implementação) na reorganização dos nossos processos internos e na melhoria do serviço aos clientes permita melhorar a nossa quota de mercado e nos permita entrar em novos mercados onde não temos ainda uma presença significativa.

Em Angola criamos uma parceria que nos permite dispor, no local, de stock de alguns produtos, o que melhora significativamente a nossa capacidade de resposta.

Estaremos atentos ao evoluir destes mercados para nos adaptarmos e melhorar continuamente o serviço aos clientes.

### **Atividade Industrial**

#### **Mercado Interno**

Acreditamos na boa saúde económica e no dinamismo dos nossos clientes industriais nacionais, pelo que acreditamos que as vendas de componentes à indústria cerâmica nacional vão crescer.

#### **Mercado Externo**

Contamos com uma melhoria significativa do mercado em algumas zonas geográficas e em algumas famílias de produtos.

No que respeita aos OEM (original equipment manufacturers), estamos a potenciar as parcerias existentes com alguns dos nossos clientes, ao mesmo tempo que queremos criar novas parcerias com outros clientes.



Em termos da nossa organização comercial estamos a especializar-nos por zonas e famílias de modo a melhorar o desempenho geral da organização.

No que respeita aos produtos vendidos sob a marca OLI estamos, por um lado, a melhorar a segmentação de mercado e produtos, e por outro, a reorganizar e espacializar a nossa equipa comercial. Estas ações, em conjunto devem permitir-nos melhorar a quota de mercado nos diversos países em que estamos presentes.

Em conclusão, o nosso objetivo para 2014 é conseguir um crescimento global na ordem dos 10%.

## 4. Análise económica e financeira

### Análise económica

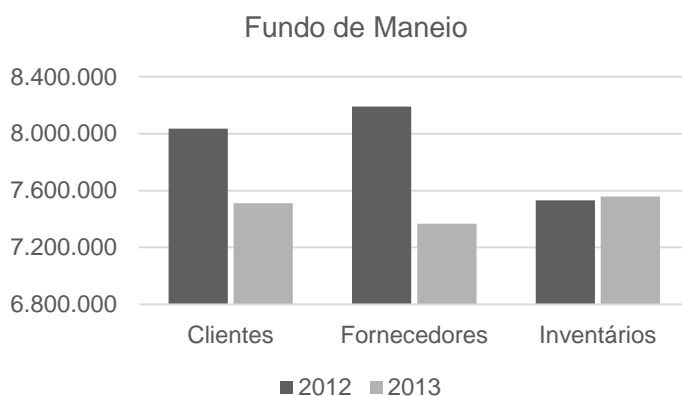
Tal como já referido, em 2013 a Oliveira & Irmão registou uma quebra de vendas de cerca de 7,5%. Mais acentuada no mercado interno do que no mercado externo, parte da quebra teve origem também nas menores vendas associadas à atividade imobiliária, atividade esta considerada residual. Este menor peso da atividade imobiliária face ao ano anterior permitiu melhorar a margem bruta relativa de um ano para o outro, pelo que esta variável, apesar de diminuir em termos absolutos, tem uma quebra menor que as vendas (6,8%).

No que diz respeito aos custos de exploração estes não só acompanharam a redução do volume de vendas, como conseguiram ultrapassar a quebra das vendas e chegar aos 9,9% de redução, ou seja, cerca de €2.120.000. Todas as rubricas de custos contribuíram para esta redução, com destaque para as seguintes:

- os fornecimentos e serviços externos que reduziram €690.000 (-9,1%),
- os gastos com pessoal reduziram €256.000 (-3,1%),
- os outros gastos diminuíram €690.000 (-49,9%)
- os gastos de financiamento reduziram €257.000 (-18,2%).

O efeito conjugado de menor quebra da margem e de redução dos custos permitiu melhorar os níveis de rentabilidade. O EBITDA registou um aumento de 7,9% passando de € 4.660.380 em 2012 para € 5.028.500 em 2013, aumento de 10,8% relativamente às vendas para 12,5% em 2013. O cash-flow registou um aumento de 21,2% passando de €3.253.491 em 2012 para €3.942.772 em 2013.

### Capital Investido



No que toca ao investimento em fundo de maneio e depois da descida das necessidades de fundo de maneio nos últimos anos, esta variável em 2013 estabilizou, tendo registado um ligeiro aumento, na ordem dos € 328.000. A rubrica de clientes e de fornecedores registaram uma descida, ao passo que os inventários estabilizaram. A ligeira subida deveu-se à maior quebra nas dívidas a



fornecedores em relação à quebra das dívidas dos clientes.

No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2013 em € 2.560.000 o que representa uma diminuição de 12,9% face a 2012. Os investimentos concentraram-se em 3 áreas:

- moldes – 35%
- equipamento produtivo – 30%
- obras de manutenção e reorganização dos espaços administrativos – 30%
- os restantes 5% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo e de transporte.

A autonomia financeira aumentou de 42% em 2012 para 45% em 2013.

#### Análise financeira

Tal como referido a empresa registou em 2013 um aumento dos meios libertos aumentando o cash-flow em cerca de €690.000 (+21,2%).

Este aumento dos meios libertos, conjugado com uma equilibrada gestão do capital investido permitiu à Oliveira & Irmão continuar a diminuir o seu endividamento bancário, tendo encerrado 2013 com um endividamento líquido de €15.733.776 (menos €407.000 face a 2012).

Esta redução do endividamento conjugada com o aumento do EBITDA permitiu reduzir o rácio do endividamento sobre o EBITDA de 3,5 em 2012 para 3,1 em 2013, o que em termos de benchmarking com outras empresas resulta num bom resultado.

Rubrica	2012	2013
Net debt	16.141.060	15.733.776
Net debt / EBITDA	3,5	3,1

A descida do endividamento conjugada com as melhores condições de financiamento que a empresa conseguiu concretizar junto mercado bancário permitiram reduzir os encargos financeiros associados ao financiamento em cerca de € 260.000, correspondentes a -18,2%. Para este fator contribuiu também o facto dos contratos de fixação de taxa de juro que vinham penalizando esta rubrica, terem terminado em meados de 2013.

Em termos de estrutura de capitais a empresa manteve a sua política de otimização da estrutura procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanente do fundo de maneio com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a



instrumentos de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2013, os capitais permanentes representavam 103% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 94% do ativo corrente.

## 5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A constante procura de novos conhecimentos que dão origem a soluções diferenciadas que potencializam e viabilizam novas e singulares oportunidades de criação de valor tem sido o combustível para revolucionar o conceito de procura, oferta e distribuição de novos produtos, centrando na IDI uma grande parte do seu trabalho de forma a reforçar o seu crescimento e competitividade.

Como podemos verificar, os projetos de IDI têm sido prioritários na estratégia de empresa. Na sua maioria são estabelecidas parcerias de cooperação estratégica com organizações integrantes do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional), tendo como objetivo prioritário criar valor e contribuir para o desenvolvimento de soluções inovadoras no sector.

Ao longo dos anos, são muitos os exemplos de parcerias que foram realizadas com o objetivo de desenvolver soluções de banho tecnologicamente avançadas hídrica e energeticamente sustentáveis, assim como verificado o crescente domínio de novos conhecimentos pouco desenvolvidos ou até mesmo desconhecidos.

Um exemplo disso é o sistema Hidroboost, que dispensa a ligação à rede elétrica ou a substituição de pilhas, pois ao aproveitar a geração da energia da água em movimento, cria e armazena a energia que é posteriormente utilizada para ativar as descargas. Esta solução foi desenvolvida pela OLI juntamente com o CENTI (Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes).

A cultura empresarial da OLI baseia-se na capacidade de identificar um problema e encontrar a solução mais eficaz. Neste sentido, a OLI continua a dar elevada importância às parcerias de desenvolvimento de produtos à medida e a pedido do cliente. A importância de desenvolver soluções em parceria com os clientes para problemas ou pedidos específicos e direcionado para mercados diferenciados, é uma das justificações para o crescimento da presença da OLI nos mercados externos e constitui a afirmação clara da sua vocação: ser uma unidade internacional reconhecida pela dinâmica e qualidade dos produtos e serviços.

No seguimento do trabalho de IDI realizado em 2013, a OLI desenvolveu soluções únicas que pelas suas características singulares, são suscetíveis de serem registadas como patentes, o que levou a OLI a registar 5 pedidos de patentes de invenção.

É importante referir que em 2013 a OLI foi a empresa portuguesa que mais pedidos de patentes apresentou ao Instituto Europeu de Patentes com 7 registos, contribuindo para que Portugal seja um dos países com maior crescimento nos pedidos de patentes na Europa. Sendo que a preocupação da OLI é acima de tudo proteger o trabalho de I+D+I realizado internamente, a empresa apresenta-se a nível nacional como uma referência na produção de conhecimento.

Sendo que uma das vertentes em que a OLI apresenta algumas fragilidades é o design, realizou-se uma forte aposta no decorrer de 2013 na remodelação do processo de I+D+I de forma a conter numa perspetiva integrada o design em todas as fases do processo. Em 2014 pretende-se reforçar esse trabalho, aliando ao vasto conhecimento técnico detido na OLI a componente de design do produto, e acima de tudo a forma de comunica-lo ao mercado.

## 6. Marketing

O ano de 2013 marcou o início de uma nova estratégia de marketing na OLI. Mais do que mudar por mudar, ou até apostar numa mudança drástica, a ideia foi dar uma imagem diferente, mais moderna e mais audaz, mas ancorada na experiência que só 60 anos no mercado podem trazer. A análise aos nossos pontos fortes e pontos fracos foi exaustiva e detalhada. Assim como o que se poderia e deveria fazer para se continuar na linha da frente no que toca ao mercado nacional e internacional, onde somos uma referência.

Quando se “embarca” numa aventura destas sabe-se que se corre riscos. Não há nenhuma estratégia, por mais planeada e pensada que seja, que não tenha um índice de risco. Mas nada podia parar, uma





obrigatoriedade e uma necessidade criativa de mudar, de se antecipar ao mercado, de inovar e de dar um passo em frente.

Daí que 2013 tenha sido o ano de arranque da reformulação da imagem, mesmo ao nível do logótipo. Mais arejado e mais jovem mas, ao mesmo tempo, mais linear, pragmático e eficaz. A criação de uma linguagem uniforme, no domínio dos elementos de comunicação como, entre outros, embalagens, instruções, catálogos e site, está a ser feita de forma gradual e sistemática, com o objetivo natural de tornar a marca OLI mais atual quando comemora 60 anos de idade.

Esta uniformização foi e tem ido mais longe. Nomeadamente ao nível da imagem entre os diferentes mercados onde marcamos presença. A mesma empresa, a mesma mensagem, a mesma qualidade. Seja na Europa, na Ásia, na África, na América ou na Austrália.

#### Aniversário em destaque

Comemorar 60 anos de vida é um marco. Principalmente numa altura em que os desafios que se colocam às empresas são cada vez mais avassaladores. Esta visibilidade também alcançou outros patamares, com a aposta feita em comunicação institucional. Ao longo do ano a presença da OLI em jornais de tiragem nacional e nas televisões nacionais foi sistemática e a competência da nossa empresa foi exaltada em vários domínios. Já a nível regional a parceria com os órgãos de comunicação social regional permitiu-nos, com regularidade assinalável, dar conta à comunidade onde nos inserimos, das nossas novidades e conquistas.

Mais um desafio que começou a ser preparado ao longo de 2013 foi o da comunicação interna. Quase tudo estava por fazer. O estudo sobre a melhor forma de chegar a todos os colaboradores tem sido gradual e consecutivo, numa perspetiva global de melhoria contínua. A ideia é, no futuro, ser encarada como algo natural. Mas este é um caminho que ainda está a ser trilhado de forma embrionária mas com pequenos resultados que nos motivam.

## 7. Capital humano

No final de 2013 o número de colaboradores era de 359, tendo-se verificado um aumento de 4,3% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, por várias razões, entre as quais a necessidade de nos ajustarmos continuamente à evolução da carteira de encomendas. Os meses com maior número médio de colaboradores foram os meses de Maio e Junho e o mês de Janeiro foi o mês com menor número de colaboradores.



Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 354 (aumento de 2.6% em relação a 2012).

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2012 a 2013.

Rubrica	2012	2013
Número de trabalhadores no final do período	344	359
sexo masculino	159	167
sexo feminino	185	192
Número médio de trabalhadores ao longo do período	344	354
Idade média dos trabalhadores	37,1	38,4
Antiguidade média dos trabalhadores	12	12
Horas de formação totais	13.343	14.478
Média de horas de formação por trabalhador	39	38
Gastos com o pessoal	€8.342.971	€8.087.034
Gastos médios por trabalhador	€24.253	€22.845
VAB por trabalhador	€125.918	€113.192
Taxa geral de absentismo	3,0	2,5
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Médio	Bom

Em 2013 desenvolvemos um conjunto de ações de formação que levaram os nossos colaboradores a visitar várias empresas de referência na região. O objetivo destas visitas era o contacto com outras realidades e a aplicação prática, em outras empresas, das metodologias Lean. Pensamos que estas visitas contribuíram para cimentar a importância destas metodologias e o envolvimento que os colaboradores necessitam ter com o seu trabalho no dia-a-dia.

Em 2013, no que respeita a ambiente e segurança, obtivemos a certificação de acordo com os referenciais NP EN ISO 14001:2004 para a gestão ambiental e OHSAS 18001:2007 para a gestão da higiene, segurança e saúde no trabalho, pela entidade APCER.

Em 2013 iniciámos a remodelação da zona social da empresa com o desenvolvimento de um espaço agradável e confortável onde os nossos colaboradores se sintam bem. Prevemos a sua conclusão no primeiro trimestre de 2014.





Em 2014 vamos iniciar um projeto de formação, em colaboração com a ATEC, denominado Programa de Integração de Colaboradores (PIC – OLI). Este programa de formação irá consistir na formação base a dar a todos os colaboradores na empresa aquando da sua admissão. Irá debruçar-se sobre matérias como as metodologias Lean, qualidade, produto, ambiente, segurança, trabalho em equipa, comunicação, matérias-primas, entre outras.

Em 2014, e como teremos o 60º aniversário da fundação da empresa, iremos desenvolver um conjunto de atividades lúdicas e de solidariedade com os nossos colaboradores.

## 8. Estratégia e evolução futura

### Produtos e mercados

Em termos de produtos a nossa estratégia passa pela melhoria da atual oferta de modo que os nossos produtos sejam, por um lado, ainda mais fiáveis e amigáveis para o utilizador (profissional ou não) e por outro lado, sejam mais fáceis e económicos de produzir de modo a que o resultado final seja oferecer produtos mais apreciados e apetecidos pelo utilizador ao mesmo tempo que sejam mais fáceis de produzir para nós, isto é: mais competitivos.

Em termos de mercados continuaremos a melhorar o desempenho da nossa equipa comercial e de apoio ao mercado de modo a que possamos continuar a aumentar a satisfação do cliente, ao mesmo tempo que aumentamos as vendas e a rentabilidade total da empresa.

Para conseguir os desideratos acima enunciados temos de agir em várias frentes:

- Design e Desenvolvimento - reforçámos a nossa equipa de Design e Comunicação, bem como a equipa de Desenvolvimento, quer em meios, quer em competências.
- Produção - continuamos a melhorar o desempenho da nossa fábrica pela contínua aplicação das ferramentas lean e combate ao desperdício de toda a ordem, ao mesmo tempo que aumentamos a flexibilidade! A capacidade de produção atual é suficiente para satisfazer as vendas previstas para 2014, pelo que os investimentos industriais que venham a ser realizados serão no alargamento do portfolio de produtos.
- Comunicação - como referido acima, reforçámos a nossa equipa de design e comunicação, de modo a melhorar a nossa imagem e a qualidade e efeitos da comunicação nas várias vertentes.
- Vendas - como referido estamos a consolidar algumas mudanças na equipa comercial e na sua articulação com os mercados. Melhorámos a especialização da nossa equipa comercial procurando seguir melhor a segmentação de mercado que operamos e assim otimizar o seu rendimento e a qualidade do apoio aos clientes.



- Económico-financeira – continuaremos focalizados na racionalização dos custos, na otimização da nossa estrutura de capitais e na redução do nosso endividamento, procurando maior competitividade e uma gestão sustentável da nossa exploração a longo prazo.

## Negócio

Em termos de negócio, dividindo por atividades, temos:

- Atividade comercial - como referido, e dada a situação do mercado nacional, somos forçados a manter o foco nos mercados dos PALOP's como forma de assegurar a estabilidade da vertente comercial da atividade da empresa. Continuaremos a desenvolver esforços no sentido de melhorar a nossa oferta e cobertura destes mercados que acreditamos terem ainda um interessante potencial de crescimento.
- Atividade industrial - levaremos por diante a reorganização do nosso processo comercial do sector de exportação para melhor respondermos a evoluções dos mercados e do negócio. Procuraremos uma divisão mais clara, em termos organizacionais, entre o negócio para cliente industriais, que queremos continuar a desenvolver e fazer crescer, procurando novas fórmulas e novas formas de negócio e parcerias (técnicas, comerciais e industriais) com os clientes e o negócio de clientes não industriais. A parte do negócio de clientes não industriais deve crescer de forma constante e sustentada, procurando uma maior visibilidade e notoriedade da marca OLI, em todas as zonas geográficas em que estamos presentes. Neste sector deve ainda merecer crescente atenção a oferta de produtos para venda na distribuição moderna que tem especificidades que devem ser tidas em conta de maneira mais consequente! Na procura da melhoria do negócio nestes três frentes deve continuar a aumentar a exigência das funções de marketing e comunicação! De facto, estamos a potenciar a função marketing dando-lhe maior visibilidade e interação com toda a empresa de forma transversal!

Em termos geográficos, sem descurar a Europa, que continua a revelar-se, por varias razões, a melhor zona geográfica para fazermos negócios, vamos intensificar a presença comercial nas geografias fora da Europa Ocidental e Central. Continuaremos a consolidar as nossas posições do Leste. Continuamos a intensificar a atuação comercial em Africa e na América Latina, sendo que o retorno deste investimento se revela lento e incerto, mas as vendas nestes dois continentes mostram-se promissoras e justificam a insistência na estratégia atual.

Estamos a estudar novas modalidades de parcerias em geografias mais longínquas ou difíceis (nomeadamente em termos logísticos) pelo que poderemos, a prazo vir a ensaiar novas modalidades de colaboração e associação a eventuais parceiros locais.



## 9. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 1.421.928,15 tenha a seguinte distribuição:

- Para cobertura de resultados transitados €871.711,36
- Para Lucros não atribuídos €550.216,79

## 10. Proposta de participação nos lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2013 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 142.192,82. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

## 11. Política de Dividendos

Como vem sendo hábito nos últimos anos e como forma de contribuir para a redução do endividamento bancário e a necessidade de reforçar os capitais da empresa, entende o Conselho de Administração não ser oportuna a distribuição de dividendos.

## 12. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2013, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.



## 13. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

A todos o nosso reconhecido agradecimento.

Aveiro, 17 de Abril de 2014

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli



## Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2012	31/12/2013
Valsir, Spa.	50%	50%
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%



# III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balço individual em 31.12.2013 e 31.12.2012

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2013	31/12/2012 Reexpresso
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	22.347.305	22.467.088
Ativos intangíveis	6		14.555
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5;11	6.110.486	5.560.270
Participações financeiras - Outros métodos	11	40.020	40.020
Outros Ativos Financeiros	5;17	4.762.500	4.454.500
		<b>33.260.311</b>	<b>32.536.433</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12;17	7.559.235	7.541.601
Clientes	17	7.511.758	8.034.896
Adiantamentos a fornecedores	17	134.382	
Estado e outros entes públicos	17	765.131	1.002.239
Outras contas a receber	17	236.351	339.317
Diferimentos	17	140.748	90.380
Ativos Financeiros detidos para negociação	17		14.751
Ativos não correntes detidos para venda	7	34.350	
Caixa e depósitos bancários	4	359.754	536.887
		<b>16.741.708</b>	<b>17.560.070</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>50.002.019</b>	<b>50.096.503</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	17	10.000.000	10.000.000
Reservas legais	17	2.000.000	2.000.000
Outras reservas	17	3.138.457	2.657.918
Resultados transitados	11	-5.000.000	-5.000.000
Ajustamentos em Ativos Financeiros	17	3.065.753	3.065.753
Excedentes de revalorização	17	7.627.062	7.627.062
Outras variações no capital próprio	10;17	143.937	153.177
Resultado líquido do período	17	1.421.928	480.539
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>22.397.138</b>	<b>20.984.450</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	13	50.147	57.368
Financiamentos obtidos	8;9;17	11.196.836	10.467.813
Passivos por impostos diferidos	16	624.925	698.633
		<b>11.871.908</b>	<b>11.223.814</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	7.367.822	8.190.907
Adiantamentos de clientes	17	284.116	
Estado e outros entes públicos	17	320.009	471.131
Financiamentos obtidos	8;9;17	4.896.694	6.210.134
Outras contas a pagar	17	2.766.583	2.885.266
Diferimentos	17	97.750	130.801
		<b>15.732.973</b>	<b>17.888.239</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>27.604.881</b>	<b>29.112.053</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>50.002.019</b>	<b>50.096.503</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



**Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012**

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	14;24	40.076.372	43.321.929
Subsídios à exploração	10;14	106.913	113.798
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	550.217	-290.015
Variação nos inventários da produção	12	92.115	-1.168.353
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-21.240.046	-21.840.598
Fornecimentos e serviços externos	18	-6.861.674	-7.550.992
Gastos com pessoal	5;19	-8.087.034	-8.342.971
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-48.700	-124.345
Provisões (aumentos/reduções)	13	-26.805	-57.368
Aumentos/Reduções de justo valor	17		551
Outros rendimentos e ganhos	14;20	1.089.372	1.489.380
Outros gastos e perdas	18;21	-622.231	-890.636
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5.028.500</b>	<b>4.660.380</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-2.445.339	-2.591.239
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.583.161</b>	<b>2.069.141</b>
Juros e gastos similares suportados	22	-1.157.744	-1.415.018
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.425.416</b>	<b>654.123</b>
Imposto sobre rendimento do período	16	-3.488	-173.584
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.421.928</b>	<b>480.539</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho Administração



**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012**

EUR

Rubricas	Períodos	
	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes	41.500.830	43.161.379
Pagamentos a fornecedores	-29.126.899	-28.614.264
Pagamentos ao pessoal	-8.097.834	-8.286.423
Caixa gerada pelas operações	4.276.096	6.260.692
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-250.261	-635.317
Outros recebimentos/pagamentos	229.278	-854.596
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>4.255.113</b>	<b>4.770.779</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-2.376.826	-2.443.709
Investimentos financeiros	-308.000	-539.020
Outros ativos	-34.350	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	58.480	34.913
Juros e rendimentos similares	624	1.728
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-2.660.072</b>	<b>-2.946.088</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	5.179.080	12.955.552
Outras operações de financiamento	250	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-5.763.497	-13.208.741
Juros e gastos similares	-1.188.007	-1.410.419
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-1.772.175</b>	<b>-1.663.608</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-177.133	161.082
Efeito das diferenças de câmbio		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>536.887</b>	<b>375.805</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>359.754</b>	<b>536.887</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração





Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2013

EUR

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
<b>Posição no início do período 2013</b>	<b>6</b>	10.000.000	2.000.000	2.657.918		3.065.753	7.627.062	153.177	480.539	25.984.450	25.984.450
<b>Alterações no período</b>											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				480.539	-5.000.000			-9.240	-480.539	-5.009.240	-5.009.240
	<b>7</b>			480.539	-5.000.000			-9.240	-480.539	-5.009.240	-5.009.240
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8</b>								1.421.928	1.421.928	1.421.928
<b>Resultado integral</b>	<b>9=7+8</b>								941.389	941.389	-3.587.312
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital											
Realizações de prêmios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	<b>10</b>										
<b>Posição no fim do período 2013</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	10.000.000	2.000.000	3.138.457	-5.000.000	3.065.753	7.627.062	143.937	1.421.928	22.397.138	22.397.138

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2012 Reexpressa

EUR

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
<b>Posição no início do período 2012</b>	<b>6</b>	10.000.000	2.000.000	1.274.052		3.065.753	7.627.062	179.179	1.383.867	25.529.913	25.529.913
<b>Alterações no período</b>											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1.383.867	-5.000.000			-26.002	-1.383.867	-5.026.002	-5.026.002
	<b>7</b>			1.383.867	-5.000.000			-26.002	-1.383.867	-5.026.002	-5.026.002
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8</b>								480.539	480.539	480.539
<b>Resultado integral</b>	<b>9=7+8</b>								-903.328	-903.328	-4.545.463
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital											
Realizações de prêmios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	<b>10</b>										
<b>Posição no fim do período 2012</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	10.000.000	2.000.000	2.657.918	-5.000.000	3.065.753	7.627.062	153.177	480.539	20.984.450	20.984.450

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



# Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

## 1. Informações

### 1.1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

### 1.2. Gestão do risco

#### i. Risco de crédito

##### a) Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais dos clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.



b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Todavia, no passado e até meados de 2008 a sociedade contratou alguns derivados para limitar a sua exposição às variações de taxa de juro, contratos esses que terminaram em 2013.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. Risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual).
- Diversificação de fontes de financiamento.
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.



- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de commitment fees suportados.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

### 2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.



## 2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

## 2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

## 2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

## 2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 3. Principais políticas contabilísticas

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

#### POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NCRF 4)

Em razão das responsabilidades assumidas pela empresa sobre a participada Soplasnor – Sociedade de Plásticos do Norte, SA, e conforme facultado pela NCRF 4, no sentido de proporcionar melhor informação relativa à assunção da totalidade dos compromissos cuja expectativa de reembolso é incerta, procedeu-se à reexpressão das contas correspondentes, com impacto de cinco milhões de euros nos Capitais Próprios.

#### ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que



deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. Em 2013 o valor líquido destes Ativos era nulo.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

#### ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Os ativos correntes detidos para venda são moldes que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da possível alienação que se espera que venha a ocorrer. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

#### LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

#### CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.



Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício Acqua Residence no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. Apenas foram capitalizados os juros até 2011, ou seja, durante a construção do ativo. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento. Foram suportados juros com empréstimos e o ativo encontra-se disponível para venda;
- A capitalização terminou quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou venda foram substancialmente concluídas;
- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo do ativo.

#### IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram. É reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de Resultados.





#### INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, embora não seja prática da empresa a distribuição de dividendos, estes são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

#### INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.



- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

#### RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.



## SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa recebeu subsídios para formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano.

Está a decorrer no âmbito do QREN, um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico, que designamos por Dosing que consiste no desenvolvimento de uma solução de higienização utilizando os produto de limpeza sem estar em contacto com a água do autoclismo, evitando assim saturações de produto e possíveis entupimentos, assim como gastos desnecessários. O objetivo é desenvolver um sistema em que o produto de limpeza seja utilizado apenas quando se faz a descarga do autoclismo e, apenas ser utilizada a quantidade necessária para fazer a respetiva higienização e limpeza.

No âmbito do QREN temos mais duas candidaturas cujos pedidos de pagamento começam em 2014 o projeto Aquasave e Iflush. O projeto Aquasave procura encontrar soluções que possibilitem criar valor no âmbito da racionalização de uso de água potável, procurando antecipar futuras exigências normativas ao nível de certificação de edifícios. Quanto ao Iflush tem como principal objetivo o desenvolvimento de três sistemas autónomos e inovadores a aplicar nos autoclismos que irão permitir atuar, iluminar e ambientar os locais onde estão instalados os autoclismos.

Estes subsídios são considerados à exploração dado que financiam despesas relacionadas com a investigação destes novos produtos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorreremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

## EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das



cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

#### IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2013 a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, o RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento e o CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, o que faz com que o imposto corrente se resuma ao pagamento das tributações autónomas e da derrama.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

#### INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que



o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos- os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outras Contas a Receber , Outras Contas a Pagar e Diferimentos.
- Instrumentos financeiros detidos para negociação - estes ativos foram valorizados ao justo valor à data de apresentação das demonstrações financeiras, e as alterações de justo valor foram reconhecidas na Demonstração dos Resultados.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

#### BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

### 3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

## 4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO					EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	
Caixa	4.164	13.458.058	13.456.625	5.597	
Depósitos à ordem	532.723	177.324.925	177.503.491	354.157	
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>536.887</b>	<b>190.782.983</b>	<b>190.960.116</b>	<b>359.754</b>	

## 5. Partes Relacionadas

### 5.1. Empresa-mãe e subsidiárias:

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS												EUR
Descrição		Período 2013					Período 2012					
		Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas/Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes, LDA	53.510	1.123.686	3.355	859.295		56.467	1.129.800	2.617	769.229		
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA					308.000	1.173	767			529.000	
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	64.968	12.448				120.452	18.700	20	200.165		
	Oli, SRL	5.097.591	529.845	773.981	82.818		4.703.756	522.607	784.808	57.243		
<b>Total</b>	<b>5.216.069</b>	<b>1.665.978</b>	<b>777.336</b>	<b>942.113</b>	<b>308.000</b>	<b>4.881.849</b>	<b>1.671.873</b>	<b>787.445</b>	<b>1.026.638</b>	<b>529.000</b>		

SUBSIDIÁRIAS												EUR
Descrição	Sede	Período 2013				Período 2012						
		Capital Detido	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos	Capital Detido	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos			
Moldaveiro - Moldes, LDA	Travessa do Mião, Esgueira - Aveiro	83,00%	500.000	1.117.170	163.665	83,00%	500.000	953.506	106.814			
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA	Rua das Poças, Lavra - Porto	79,90%	6.800.000	-5.140.326	-1.415.270	79,90%	6.800.000	-3.336.863	-330.707			
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	Paraimo - Sangalhos	99,07%	1.500.000	331.782	-73.184	99,07%	1.500.000	404.966	-500.471			
Oli, SRL	Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,00%	1.000.000	4.903.605	491.797	99,00%	1.000.000	4.411.808	118.329			

### INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Descrição	Saldo Inicial Reexpresso	Variação		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Moldaveiro - Moldes, Lda.	791.410	135.842		927.251
Soplasnor - Soc. Plásticos Norte, SA	4.454.500	465.500	157.500	4.762.500
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	401.170		72.504	328.666
Oli, Srl	4.367.690	486.879		4.854.569
<b>Total</b>	<b>10.014.770</b>	<b>1.088.221</b>	<b>230.004</b>	<b>10.872.986</b>

### 5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

**REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

EUR

Descrição	Período 2013	Período 2012
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	474.720	538.014
<b>Total</b>	<b>474.720</b>	<b>538.014</b>

## 6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

**QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406.618	1.216.703		1.623.321
Amortizações acumuladas iniciais	393.951	1.214.814		1.608.766
<b>Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)</b>	<b>12.667</b>	<b>1.888</b>		<b>14.555</b>
<b>Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)</b>	<b>-12.667</b>	<b>-1.888</b>		<b>-14.555</b>
<b>Total das diminuições</b>	<b>12.667</b>	<b>1.888</b>		<b>14.555</b>
Amortizações	12.667	1.888		14.555
<b>Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)</b>				<b>0</b>

**QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406.618	1.216.703		1.623.321
Amortizações acumuladas iniciais	351.760	1.198.613		1.550.373
<b>Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)</b>	<b>54.858</b>	<b>18.089</b>		<b>72.947</b>
<b>Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)</b>	<b>-42.191</b>	<b>-16.201</b>		<b>-58.392</b>
<b>Total das diminuições</b>	<b>42.191</b>	<b>16.201</b>		<b>58.392</b>
Amortizações	42.191	16.201		58.392
<b>Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)</b>	<b>12.667</b>	<b>1.888</b>		<b>14.555</b>

## 7. Ativos fixos tangíveis

### 7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

**QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6.723.810	14.833.481	28.555.122	1.093.087	1.809.785	1.698.239	1.667.591	56.381.117
Depreciações acumuladas iniciais		6.874.481	22.843.960	897.638	1.628.497	1.669.453		33.914.029
<b>Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)</b>	<b>6.723.810</b>	<b>7.959.000</b>	<b>5.711.163</b>	<b>195.449</b>	<b>181.288</b>	<b>28.787</b>	<b>1.667.591</b>	<b>22.467.088</b>
<b>Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)</b>	<b>104.467</b>	<b>-649.879</b>	<b>-493.855</b>	<b>-38.240</b>	<b>20.732</b>	<b>-13.102</b>	<b>950.094</b>	<b>-119.784</b>
<b>Total das adições</b>	<b>104.467</b>		<b>156.801</b>	<b>69.826</b>	<b>92.022</b>	<b>467</b>	<b>2.137.400</b>	<b>2.560.982</b>
Aquisições	104.467		156.801	69.826	92.022	467	2.137.400	2.560.982
<b>Total das diminuições</b>		<b>713.092</b>	<b>1.531.638</b>	<b>108.065</b>	<b>102.092</b>	<b>13.569</b>		<b>2.468.457</b>
Depreciações		713.092	1.481.296	32.013	-226.380	10.237		2.010.258
Alienações			33.322	76.053				109.375
Abates			17.020		328.472	3.333		348.825
Outras								
Reversões de perdas por imparidade								
Transferências de AFT em curso		63.213	912.435		30.802		-1.006.449	
Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda			-34.350					-34.350
Outras transferências			2.897				-180.856	-177.959
<b>Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)</b>	<b>6.828.277</b>	<b>7.309.121</b>	<b>5.217.308</b>	<b>157.210</b>	<b>202.020</b>	<b>15.684</b>	<b>2.617.686</b>	<b>22.347.305</b>



QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6.723.810	14.372.720	27.058.714	1.105.060	1.742.985	1.674.495	1.099.810	53.777.593
Depreciações acumuladas iniciais		6.180.852	21.331.048	874.716	1.624.969	1.656.489		31.668.074
<b>Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)</b>	<b>6.723.810</b>	<b>8.191.867</b>	<b>5.727.667</b>	<b>230.344</b>	<b>118.016</b>	<b>18.006</b>	<b>1.099.810</b>	<b>22.109.519</b>
<b>Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)</b>		<b>-232.867</b>	<b>-16.504</b>	<b>-34.895</b>	<b>63.273</b>	<b>10.781</b>	<b>567.781</b>	<b>357.569</b>
<b>Total das adições</b>		<b>63.558</b>	<b>131.225</b>	<b>98.500</b>	<b>91.072</b>	<b>23.745</b>	<b>2.544.008</b>	<b>2.952.108</b>
Aquisições		63.558	131.225	98.500	91.072	23.745	2.544.008	2.952.108
<b>Total das diminuições</b>		<b>693.629</b>	<b>1.660.621</b>	<b>133.395</b>	<b>93.931</b>	<b>12.964</b>		<b>2.594.539</b>
Depreciações		693.629	1.613.364	22.922	3.528	12.964		2.346.407
Perdas por imparidade								
Alienações			46.518	44.925				91.443
Abates			739	65.547	90.403			156.689
Outras								
Reversões de perdas por imparidade								
Transferências de AFT em curso		397.203	1.512.892		66.131		-1.976.227	
Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda								
Outras transferências								
<b>Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)</b>	<b>6.723.810</b>	<b>7.959.000</b>	<b>5.711.163</b>	<b>195.449</b>	<b>181.288</b>	<b>28.787</b>	<b>1.667.591</b>	<b>22.467.088</b>

## 7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	132.131,72	29.961,34	7.066.245,33	398.723,58	7.627.061,97
Reforços					
Depreciações	-12.957,02	12.957,02	-199.361,79	199.361,79	
Perdas por imparidade					
Alienações					
Abates					
Outras					
<b>Valor do excedente de revalorização no fim do período</b>	<b>119.175</b>	<b>42.918</b>	<b>6.866.884</b>	<b>598.085</b>	<b>7.627.062</b>

## 8. Locações

### 8.1. Os contratos de locação são os seguintes

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2013	Período 2012
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Audi A6	73.402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013		8.936
	Leasing	VW Passat	30.846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013		2.580
	Leasing	VW Passat	35.000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	11.212	19.901
	Leasing	VW Sharan	39.500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015		24.127
	Leasing	Prensa	281.500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	151.458	205.249
	Leasing	VW Sharan	31.500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	14.848	22.447
	<b>Subtotais</b>		<b>491.747</b>					<b>177.518</b>	<b>283.240</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	175.000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013		21.374
	<b>Subtotais</b>		<b>175.000</b>						<b>21.374</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Golf	26.400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	3.899	10.544
	Leasing	Eq. Industrial	170.000	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013		36.360
	<b>Subtotais</b>		<b>196.400</b>					<b>3.899</b>	<b>46.904</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	154.104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-06-2017	89.986	112.263
	<b>Subtotais</b>		<b>154.104</b>					<b>89.986</b>	<b>112.263</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Industrial	344.751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	293.274	344.751
	Leasing	VW Passat	35.500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	28.412	34.864
	Leasing	VW Sharan	40.000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	34.466	
	<b>Subtotais</b>		<b>420.251</b>					<b>356.153</b>	<b>379.615</b>
<b>Totais</b>			<b>1.437.502</b>					<b>627.556</b>	<b>843.396</b>



## 8.2. As quantias reconhecidas nestes ativos são as seguintes

EUR

Descrição	Locações financeiras	
	Ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	935.736	935.736
Amortizações/Depreciações acumuladas	267.665	267.665
<b>Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)</b>	<b>668.070</b>	<b>668.070</b>
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)</b>	<b>627.556</b>	<b>627.556</b>
Até um ano	185.533	185.533
De um a cinco anos	442.023	442.023

## 9. Custos de empréstimos obtidos

### 9.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

#### TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Overdraft				12		12
Conta Corrente Caucionada	16.678		16.678			
Programa de Papel Comercial	1.750.000	3.500.000	5.250.000,00	1.500.000	4.500.000	6.000.000
Médio e Longo Prazo	2.771.889	6.941.330	9.713.219,00	3.997.272	5.360.793	9.358.065
Leasing	185.533	442.023	627.556,00	236.376	607.020	843.396
Desconto de Letras				3.272		3.272
Desconto de Remessas	172.595		172.595,00	473.202		473.202
FEDER - Candidatura nº 27024		313.483	313.483			
<b>Total</b>	<b>4.896.695</b>	<b>11.196.836</b>	<b>16.093.530</b>	<b>6.210.134</b>	<b>10.467.813</b>	<b>16.677.947</b>

## 10. Subsídios

Informação relativa aos subsídios

O Subsídio não reembolsável continua a ser imputado a resultados numa base sistemática conforme os ativos a que está associado.

As outras variações no capital próprio dizem respeito a este subsídio do ICEP na parte não reembolsável e a informação encontra-se no quadro 17.7.

#### RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida	Medida de incentivo			Período de concessão		Quantias concedidas			
		Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	02-01-2012	11-11-2013	4.156	17.987	22.143
	IEFP - Instituto de emprego e formação profissional	Medida / Programa estágio emprego	IEFP	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2013	31-12-2013	9.331		9.331
	Dosing - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2011	05-07-2013	68.765	6.674	75.439
	<b>Subtotais</b>							<b>82.251</b>	<b>24.661</b>	<b>106.913</b>
Reembolsável	ICEP - Investimento e comércio em Portugal	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2.012.215		2.012.215
	FEDER - Fundo Europeu de desenvolvimento Regional	Sistema de Incentivos à Inovação	Agência Investimento e Comercio Externo	Financeiro	Reembolsável sem juros	05-05-2012	30-04-2015	313.483		313.483
	<b>Subtotais</b>							<b>2.325.698</b>		<b>2.325.698</b>
<b>Totais</b>								<b>2.407.949</b>	<b>24.661</b>	<b>2.432.611</b>

## 11. Participações financeiras

### 11.1. Informação relativa às participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		EUR	
Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total	
<b>Método de equivalência patrimonial:</b>			
Quantia bruta escriturada inicial	10.014.770	10.014.770	
<b>Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)</b>	<b>10.014.770</b>	<b>10.014.770</b>	
<b>Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)</b>	<b>858.217</b>	<b>858.217</b>	
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	308.000	308.000	
Perdas por imparidade			
Outros movimentos do período	550.217	550.217	
<b>Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)</b>	<b>10.872.986</b>	<b>10.872.986</b>	
<b>Outros métodos</b>			
Quantia bruta escriturada inicial	40.020	40.020	
<b>Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)</b>	<b>40.020</b>	<b>40.020</b>	
<b>Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)</b>			
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais			
Outras aquisições			
<b>Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)</b>	<b>40.020</b>	<b>40.020</b>	

A perda por imparidade registada reporta-se à participada Soplasmor – Sociedade de plásticos do norte, SA, e diz respeito, como anteriormente mencionado, a compromissos assumidos pela empresa e cuja expectativa de reembolso é incerta.

## 12. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2.520.806		2.520.806	2.699.461		2.699.461
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.042.727	57.362	1.985.365	1.895.232	57.362	1.837.870
Produtos acabados e intermédios	3.053.064		3.053.064	2.993.524		2.993.524
Adiantamento por conta de compras				10.746		10.746
<b>Total</b>	<b>7.616.597</b>	<b>57.362</b>	<b>7.559.235</b>	<b>7.598.963</b>	<b>57.362</b>	<b>7.541.601</b>

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	2.699.461	1.895.232	4.594.693	2.742.572	1.806.904	4.549.476
Compras	3.305.594	17.892.153	21.197.747	3.020.214	18.974.192	21.994.406
Reclassificação e regularização de inventários	77.052	32.652	109.704	72.401	36.190	108.591
Inventários finais	2.399.963	2.042.727	4.442.690	2.699.461	1.895.232	4.594.693
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>3.528.040</b>	<b>17.712.006</b>	<b>21.240.046</b>	<b>2.990.924</b>	<b>18.849.674</b>	<b>21.840.598</b>
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários		57.362	57.362		57.362	57.362



A variação nos inventários da produção é a seguinte:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3.053.064			2.993.524		
Reclassificação e regularização de inventários	32.575			26.191		
Inventários iniciais	2.993.524			4.188.068		
<b>Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)</b>	<b>92.115</b>			<b>-1.168.353</b>		

### 13. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

Descrição	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	57.368	57.368
<b>Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)</b>	<b>-30.563</b>	<b>-30.563</b>
Total de aumentos	50.147	50.147
Reforço	50.147	50.147
Total de diminuições	80.710	80.710
Uso	57.368	57.368
Reversão	23.342	23.342
<b>Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)</b>	<b>26.805</b>	<b>26.805</b>
<b>Quantia escriturada final</b>	<b>50.147</b>	<b>50.147</b>

### 14. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

RÉDITOS E OUTROS RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO		
Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Vendas de bens	40.069.862	43.315.734
Prestação de serviços	6.511	6.195
Subsídios	106.913	113.798
Outros rendimentos e ganhos	1.518.871	1.497.758
Rendimentos suplementares	879.320	1.279.857
Transportes debitados	574.355	839.518
Serviços Acessoria	2.400	2.400
Rendas	124.420	118.500
Moldes comparticipação de clientes	80.437	231.800
Outros	97.709	87.639
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.670	7.899
Recuperação dívidas a receber	12.160	4.201
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	622.721	205.801
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	12.043	34.098
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	20.807	26.455
Outros	159.748	135.142
Correcções períodos anteriores	59.955	1.485
Excesso de estimativa	4.576	24.721
Imputação de subsídios para investimentos	9.240	26.002
Ganhos em outros instrumentos financeiros	250	6.778
Outros	85.727	76.157
Rendimentos e ganhos de financiamento	624	1.728
Juros obtidos	624	1.728
<b>Total</b>	<b>41.895.377</b>	<b>45.130.908</b>



## 15. Diferenças de Câmbio

EFITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Diferenças de Câmbio</b>			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.153	45.392	
Diferenças de câmbio favoráveis	11.997	34.098	

## 16. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.425.416	654.123	
Imposto corrente	77.197	247.292	
Imposto diferido	-73.709	-73.708	
<b>Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)</b>	<b>3.488</b>	<b>173.584</b>	
Tributações autónomas	58.177	64.475	

## 17. Instrumentos financeiros

### 17.1. Os valores de terceiros estão detalhados como se segue

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Clientes</b>	<b>7.511.758</b>	<b>8.034.896</b>	
Conta corrente	7.320.825	7.796.430	
Títulos a receber	179.264	227.028	
Cobrança duvidosa	360.536	324.442	
Imparidades	-348.866	-313.004	
<b>Adiantamentos de Clientes</b>	<b>284.116</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>7.367.822</b>	<b>8.190.907</b>	
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>134.382</b>		
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2.766.583</b>	<b>2.885.266</b>	
Pessoal	2.752	1.856	
Fornecedores investimentos	1.029.649	1.019.961	
Credores por acréscimos de gastos - juros	58.419	88.682	
Credores por acréscimos de gastos - seguros	11.276	16.704	
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1.160.129	1.167.898	
Credores por acréscimos de gastos - comissões	35.611		
Credores por acréscimos de gastos - outros	464.042	381.017	
Outros credores	4.705	209.147	
<b>Outras contas a receber</b>	<b>236.351</b>	<b>339.317</b>	
Pessoal	28.638	24.711	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	64.182	97.256	
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	55.264	122.043	
Outros devedores	88.268	95.307	
<b>Total</b>	<b>18.301.012</b>	<b>19.450.386</b>	



## 17.2. Estado e outros Entes Públicos

### QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos</b>						
<b>Ativos</b>						
Imposto sobre o rendimento	353.768		353.768	407.131		407.131
Imposto sobre o valor acrescentado	411.363		411.363	595.107		595.107
<b>Total</b>	<b>765.131</b>		<b>765.131</b>	<b>1.002.239</b>		<b>1.002.239</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento	77.197		77.197	247.292		247.292
Retenção de impostos sobre rendimentos	91.476		91.476	75.583		75.583
Outros impostos				15		15
Contribuições para a segurança social	151.336		151.336	148.241		148.241
<b>Total</b>	<b>320.009</b>		<b>320.009</b>	<b>471.131</b>		<b>471.131</b>

## 17.3. Diferimentos

### QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Diferimentos</b>						
<b>Ativos</b>						
Gastos a reconhecer - juros	43.477		43.477	70.283		70.283
Gastos a reconhecer - seguros	6.963		6.963	7.053		7.053
Gastos a reconhecer - outros	90.308		90.308	13.044		13.044
<b>Total</b>	<b>140.748</b>		<b>140.748</b>	<b>90.380</b>		<b>90.380</b>
<b>Passivos</b>						
Rendimentos a reconhecer - outros	97.750		97.750	130.801		130.801
<b>Total</b>	<b>97.750</b>		<b>97.750</b>	<b>130.801</b>		<b>130.801</b>

## 17.4. Ativos e Passivos Financeiros

### INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
<b>Ativos Financeiros:</b>			
Clientes		7.511.758	348.866
Adiantamentos a fornecedores		134.382	
Outras contas a receber		236.351	
<b>Passivos Financeiros:</b>			
Fornecedores		7.367.822	
Adiantamentos de clientes		284.116	
Financiamentos obtidos		16.093.530	
Outras contas a pagar		2.766.583	



## 17.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Caixa e depósitos bancários</b>			
<b>Ativos</b>			
Caixa	5.597	4.164	
Depósitos à ordem	354.157	322.723	
Outros depósitos bancários		210.000	
<b>Total</b>	<b>359.754</b>	<b>536.887</b>	
<b>Passivos</b>			
Depósitos à ordem		12	
<b>Total</b>		<b>12</b>	

## 17.6. Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		31-12-2013			31-12-2012			EUR
Descrição	Corrente		Total	Corrente		Total	EUR	
	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente			
<b>Financiamentos obtidos</b>								
Instituições de crédito e sociedades financeiras	4.896.694	10.883.354	15.780.048	6.210.134	10.467.813	16.677.947		
Mercado de valores mobiliários								
Participantes de capital								
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos								
Outros financiadores		313.483	313.483					
<b>Total</b>	<b>4.896.694</b>	<b>11.196.836</b>	<b>16.093.531</b>	<b>6.210.134</b>	<b>10.467.813</b>	<b>16.677.947</b>		

## 17.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Capital próprio</b>			
Capital	10.000.000	10.000.000	
Reservas legais	2.000.000	2.000.000	
Outras reservas	3.138.457	2.657.918	
Resultados transitados	-5.000.000	-5.000.000	
Ajustamentos em ativos financeiros	3.065.753	3.065.753	
Excedentes de revalorização	7.627.062	7.627.062	
Outras variações no capital próprio	143.937	153.177	
Resultado líquido do período	1.421.928	480.539	
<b>Total</b>	<b>22.397.138</b>	<b>20.984.450</b>	

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO ANO ANTERIOR		EUR	
Descrição	31-12-2012 Reexpresso	31-12-2012	
<b>Capital próprio</b>			
Capital	10.000.000	10.000.000	
Reservas legais	2.000.000	2.000.000	
Outras reservas	2.657.918	2.657.918	
Resultados transitados	-5.000.000	-5.000.000	
Ajustamentos em ativos financeiros	3.065.753	3.065.753	
Excedentes de revalorização	7.627.062	7.627.062	
Outras variações no capital próprio	153.177	153.177	
Resultado líquido do período	480.539	480.539	
<b>Total</b>	<b>20.984.450</b>	<b>25.984.450</b>	

A perda por imparidade registada reporta-se à participada Soplasnor – Sociedade de plásticos do norte, SA, e diz respeito, como anteriormente mencionado, a compromissos assumidos pela empresa e cuja expectativa de reembolso é incerta.



## 17.8. Outros instrumentos de dívida

### QUANTIA ESCRITURADA EM OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 2			2.500.000	3,75%	-22.705
	Contrato SWAP 6			5.000.000	5,15%	-188.129
	<b>Total</b>			<b>7.500.000</b>		<b>-210.834</b>

## 17.9. Divulgação de informação de imparidades

### PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCIEROS AO CUSTO

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	48.700		348.866
Inventários - matérias primas			57.362
<b>Total</b>	<b>48.700</b>		<b>406.228</b>

## 17.10. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

### DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	Valor
<b>Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução</b>	
Reclamadas judicialmente	146.273
<b>Em mora:</b>	<b>202.593</b>
Há mais de vinte e quatro meses	177.126
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	5.051
Há mais de doze meses e até dezoito meses	11.085
Há mais de seis meses e até doze meses	
Até seis meses	9.331
<b>Total</b>	<b>348.866</b>

## 18. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		EUR	
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Subcontratos</b>	<b>201.157</b>	<b>217.768</b>	
Trabalhos especializados	808.205	618.468	
Publicidade e propaganda	238.462	273.643	
Vigilância e segurança	77.200	80.718	
Honorários	67.810	99.714	
Comissões	309.726	554.536	
Conservação e reparação	738.172	840.190	
Outros	270.757	165.772	
<b>Total serviços especializados</b>	<b>2.510.332</b>	<b>2.633.041</b>	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	99.242	110.932	
Livros e documentação técnica	1.250	929	
Material de escritório	12.824	20.558	
Artigos para oferta	42.848	45.758	
Outros	3.602	2.101	
<b>Total materiais</b>	<b>159.765</b>	<b>180.278</b>	
Electricidade	800.188	893.348	
Combustíveis	82.495	91.213	
Água	24.310	14.486	
Outros	443	576	
<b>Total energias e fluidos</b>	<b>907.436</b>	<b>999.623</b>	
Deslocações e estadas	412.558	335.990	
Transporte de mercadorias	2.040.866	2.387.003	
<b>Total deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2.453.424</b>	<b>2.722.994</b>	
Rendas e alugueres	29.092	18.934	
Comunicação	74.252	75.601	
Seguros	200.999	175.740	
Royalties	132	473	
Contencioso e notariado	5.730	105.919	
Despesas de representação	229.252	332.492	
Limpeza, higiene e conforto	77.129	76.145	
Outros serviços	12.973	11.985	
<b>Total serviços diversos</b>	<b>629.559</b>	<b>797.289</b>	
<b>Total fornecimentos e serviços externos</b>	<b>6.861.674</b>	<b>7.550.992</b>	

## 19. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS		EUR	
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	
<b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:</b>			
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	354	800.572	
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa			
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:</b>			
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	354	800.572	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	354	800.572	
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial			
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial			
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>			
Homens	163	378.804	
Mulheres	191	421.768	
<b>Pessoas ao serviço da empresa, das quais:</b>			
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	22		
Prestadores de serviços	23		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	36		



**GASTOS COM O PESSOAL**

EUR

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>8.087.034</b>	<b>8.342.971</b>
Remunerações dos órgãos sociais	474.720	538.014
Das quais: Participação nos lucros	191.029	77.055
Remunerações do pessoal	5.616.984	5.500.761
Encargos sobre remunerações	1.259.429	1.241.781
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	67.226	67.713
Gastos de acção social	81.230	66.420
Outros gastos com pessoal	587.445	928.281
Dos quais:		
Gastos com formação	54.067	51.827

## 20. Divulgação de informação de Rendimentos e Ganhos

**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

EUR

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	879.320	1.279.857
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.670	7.899
Recuperação dívidas a receber	12.160	4.201
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	12.043	34.098
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	20.807	26.455
Outros	159.748	135.142
Juros obtidos	624	1.728
<b>Total outros rendimentos e ganhos</b>	<b>1.089.372</b>	<b>1.489.380</b>

## 21. Divulgação de informação de Outros gastos e perdas

**OUTROS GASTOS E PERDAS**

EUR

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	63.301	65.764
Descontos de pronto pagamento concedidos	270.179	287.934
Dívidas incobráveis	30.570	52.694
Perdas em inventários	46.873	59.001
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		4.214
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	23.941	71.480
Donativos	46.461	24.782
Quotizações	8.810	10.010
Ofertas e amostras em inventários	27.532,53	30.913,71
Insuficiência da Estimativa de Impostos	56.332,14	158.618,56
Outros	48.230,45	125.224,69
<b>Total outros gastos e perdas</b>	<b>622.231</b>	<b>890.636</b>

## 22. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

**JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

EUR

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Juros suportados	1.157.744	1.415.018
<b>Total juros e gastos similares suportados</b>	<b>1.157.744</b>	<b>1.415.018</b>



## 23. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES			EUR
Descrição	31-12-2013	31-12-2012	
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.430.784</b>	<b>2.532.847</b>	
Edifícios	713092,05	693.629	
Equipamento básico	1514538,21	1.610.134	
Equipamento transporte	87492,63	123.218	
Equipamento administrativo	102091,75	92.902	
Outros ativos fixos tangíveis	13569,42	12.964	
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>14.555</b>	<b>58.392</b>	
Projectos desenvolvimento	12666,7	42.191	
Propriedade industrial	1888,25	16.201	
<b>Total gastos de depreciações e amortizações</b>	<b>2.445.339</b>	<b>2.591.239</b>	

## 24. Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2013					EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total	
Vendas	9.400.822	22.248.765	8.420.275	40.069.862	
Prestações de serviços	6.571			6.571	
Compras	11.773.303	8.918.294	506.149	21.197.747	
Fornecimentos e serviços externos	5.459.710	1.255.783	146.181	6.861.674	
Aquisições de activos fixos tangíveis	2.391.065	-10.832		2.380.234	
Outros rendimentos suplementares	104.532	629.400	145.389	879.320	

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2012					EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total	
Vendas	11.178.839	23.510.959	8.625.936	43.315.734	
Prestações de serviços	6.195			6.195	
Compras	11.242.037	10.062.254	690.115	21.994.406	
Fornecimentos e serviços externos	5.660.884	1.686.942	203.166	7.550.992	
Aquisições de activos fixos tangíveis	2.455.160	473.553	23.395	2.952.108	
Outros rendimentos suplementares	31.017	1.090.126	158.715	1.279.857	

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS 2013				EUR
	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
<b>Vendas:</b>	<b>35.315.572</b>	<b>4.529.290</b>	<b>225.000</b>	<b>40.069.862</b>
Mercadorias		4.529.290		4.529.290
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	35.315.572		225.000	35.540.572
Ativos biológicos				
<b>Prestações de serviços</b>		<b>6.571</b>		<b>6.571</b>
<b>Compras</b>	<b>17.892.153</b>	<b>3.305.594</b>		<b>21.197.747</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>5.859.814</b>	<b>957.460</b>	<b>44.400</b>	<b>6.861.674</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>	<b>17.712.006</b>	<b>3.528.040</b>		<b>21.240.046</b>
Mercadorias		3.528.040		3.528.040
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.712.006			17.712.006
Ativos biológicos				
<b>Variação nos inventários da produção</b>	<b>229.294</b>		<b>-137.179</b>	<b>92.115</b>
Número médio de pessoas ao serviço	292	62		354
<b>Gastos com o pessoal:</b>	<b>6.780.484</b>	<b>1.306.550</b>		<b>8.087.034</b>
Remunerações	5.051.805	1.039.899		6.091.704
Outros (inclui pensões)	1.728.680	266.650		1.995.330
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>				
Quantia escriturada líquida final	19.086.434	3.260.871		22.347.305
Total de aquisições	2.265.665	114.568		2.380.234
Das quais: em Edifícios e outras construções	483.275	61.981		545.257
Adições no período de activos em curso	1.885.642	70.902		1.956.543

**INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS 2012**

EUR

	CAE- 22230	CAE- 46740	CAE- 41100	Total
<b>Vendas:</b>	<b>37.732.815</b>	<b>4.062.319</b>	<b>1.520.600</b>	<b>43.315.734</b>
Mercadorias		4.062.319		4.062.319
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	37.732.815		1.520.600	39.253.415
Ativos biológicos				
<b>Prestações de serviços</b>		<b>6.195</b>		<b>6.195</b>
<b>Compras</b>	<b>18.974.192</b>	<b>2.885.106</b>	<b>135.108</b>	<b>21.994.406</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>6.491.628</b>	<b>1.007.648</b>	<b>51.716</b>	<b>7.550.992</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>	<b>18.849.674</b>	<b>2.990.924</b>		<b>21.840.598</b>
Mercadorias		2.990.924		2.990.924
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18.849.674			18.849.674
Ativos biológicos				
<b>Variação nos inventários da produção</b>	<b>321.966</b>		<b>-1.490.319</b>	<b>-1.168.353</b>
Número médio de pessoas ao serviço	281	59		340
<b>Gastos com o pessoal:</b>	<b>7.150.226</b>	<b>1.192.745</b>		<b>8.342.971</b>
Remunerações	5.089.968	948.807		6.038.775
Outros (inclui pensões)	2.060.258	243.938		2.304.196
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>				
Quantia escriturada líquida final	19.349.015	3.118.073		22.467.088
Total de aquisições	2.848.074	104.034		2.952.108
Das quais: em Edifícios e outras construções	57.381	6.178		63.558
Adições no período de activos em curso	2.485.403	58.605		2.544.008

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

**HONORÁRIOS FATURADOS**

EUR

Descrição	2013	2012
Revisão legal das contas	12.600	12.600
Outros serviços	2.250	300
<b>Totais</b>	<b>14.850</b>	<b>12.900</b>

**25. Informação de garantias prestadas****GARANTIAS PRESTADAS**

EUR

Descrição	Beneficiário	Valor
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16.000
<b>Total</b>		<b>16.000</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração






## IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S. A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
  - a) O Relatório da Administração, bem como as contas por este apresentadas.
  - b) A proposta da Administração quanto à aplicação de resultados.

Aveiro, 7 de Maio de 2014

#### O CONSELHO FISCAL

 Dr. António Maria Antas Teles	-	<b>PRESIDENTE</b>
 Engº José Luis Azevedo Cacho	-	<b>VOGAL</b>
 Dr. José Davide Teixeira Cerqueira (ROC nº. 1586)	-	<b>VOGAL E ROC</b>

# V. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

CARMO &  
CERQUEIRA | SROC



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 50.002.019 euros e um total de capital próprio de 22.397.138 euros, incluindo um resultado líquido 1.421.928 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das



estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

(ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

(iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

(iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº. 7 acima, chamamos a atenção para a reexpressão das contas resultante do ajustamento da participada Soplasmor - Sociedade de Plástico do Norte, S.A., com impacto de cinco milhões de Euros nos Capitais Próprios, conforme divulgado nas notas 3.1, 11.1 e 17.7 do Anexo.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 7 de Maio de 2014

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.  
Representada por

José Davide Cerqueira, ROC nº 1586



## VI. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2013.

O perímetro de consolidação da Oliveira & Irmão, SA, em 2013, incluía as seguintes entidades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA., detida em 79,9%.
- Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA., detida em 99,1%

A OLI, Srl., com sede em Itália, mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha principalmente para a sociedade-mãe e outras empresas do grupo em Itália, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja pelo labor para assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasnor – Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento com toda a atividade industrial e comercial suspensa desde 2009, encontrando-se em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos. Desde meados do ano de 2013 que a empresa tem conseguido rentabilizar o seu imóvel, alugando-o para fins de armazenagem por empresas terceiras.

A Nuno & Gradeço, SA, que promove a revenda de produtos e materiais para a construção civil, dado o atual momento do sector e as perdas registadas no passado recente, de acordo com as decisões da Assembleia Geral de 28 de Agosto de 2012, entrou em processo de dissolução, estando a decorrer a respetiva liquidação.





No que diz respeito ao volume de vendas consolidado verificamos uma quebra de 5,9%, tendo atingido o valor total de €46.334.509. Para esta diminuição contribuíram essencialmente a Oliveira & Irmão e a Nuno & Gradeço.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução negativa caindo de €216.806 para €108.789. Para esta diminuição contribuiu, sobretudo, a diminuição do resultado da Soplasmor, fruto das menos valias na venda do seu ativo fixo tangível.
- Diminuição do Cash-Flow em 23,9% cifrando-se em €2.606.788. Todavia e apesar desta diminuição, os meios libertos permitiram reduzir o endividamento bancário do grupo e ao mesmo tempo suportar as atividades de investimento.
- Igualmente ao nível do EBITDA consolidado verifica-se uma diminuição de 14,9%, atingindo os €4.560.036.
- O endividamento bancário líquido consolidado teve uma diminuição de €1.913.901, cifrando-se em €18.500.639.
- A autonomia financeira consolidada registou um ligeiro aumento de 38,4% para 39,6%.

Em termos de estratégia de grupo, depois da desativação da Soplasmor e com a liquidação em curso da Nuno & Gradeço, queremos concentrar-nos no nosso core business, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes.
- A OLISrl, como importante instrumento de distribuição dos produtos da sociedade-mãe no difícil (por muito disputado), mercado italiano (e, como já referido, ainda em alguns mercados que estrategicamente julgamos melhor trabalhados se a partir de Itália).
- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre



as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

#### Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa. O atual momento da economia europeia leva-nos a implementar uma série de medidas tendentes a diminuir a dependência, em termos de vendas, da Europa.

A recente evolução dos negócios impõe-nos a implementação de algumas medidas de reorientação estratégica. A par com a desejada diminuição da dependência da Europa, queremos reforçar as vendas com marca própria e melhorar a oferta, pelo que teremos de nos reposicionar, em termos de Marketing e Comunicação e, melhorar a nossa capacidade em IDI.

#### OLI

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 7,4%, atingindo o valor de €11.335.288. Em termos de resultados líquidos houve uma melhoria em relação a 2012. O resultado líquido atingiu €491.797.

#### Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade mãe.

O volume de negócios em 2013 foi de €1.570.037. O resultado líquido foi de €163.665.



#### Soplasnor

Em 2013 praticamente concluiu a liquidação do seu ativo (equipamento básico e stocks) com exceção dos bens imóveis. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a € -1.374.526 e teve origem nas menos valias na venda de equipamentos e nas despesas de manutenção e vigilância dos imóveis.

Neste momento o imóvel da Soplasnor encontra-se arrendado, sendo utilizado essencialmente para armazenagem e distribuição de produtos desportivos. Esperamos poder continuar a rentabilizar o imóvel desta forma e à procura de um possível interessado na sua aquisição.

#### Nuno & Gradeço

Esta empresa, e pelas razões apresentadas, concentrará os seus esforços na liquidação dos seus ativos e passivos, havendo o compromisso de todos os seus órgãos sociais em cumprir até ao fim com todas as suas obrigações. Neste momento a empresa aguarda uma decisão do Tribunal da Relação de Coimbra para que possa finalmente terminar a sua liquidação.

#### **Estratégias futuras**

##### Oliveira & Irmão

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

##### OLI

Há apenas a referir que a crise que se instalou em Itália vai obrigar a consolidar a parte de negócio com vocação exportadora.

##### Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o labor dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo).

#### Soplasnor e Nuno & Gradeço

Continuaremos determinados na venda dos seus ativos e liquidação dos passivos, o que permitirá uma maior concentração nas áreas mais estratégicas para o grupo.



## **Conclusão**

A terminar queremos reafirmar a determinação em concentrar os nossos esforços nas atividades e empresas mais rentáveis e competitivas, procurando que cada uma das empresas seja, por si mesma, interessante e rentável e que se integrem numa estratégia de grupo que a todas beneficie, seja em termos de negócios de cada empresa, seja em termos de solidez do conjunto.

Aveiro, 30 de Abril de 2014

### **O Conselho de Administração,**

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

# VII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanco Consolidado em 31.12.2013 e 31.12.2012

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2013	31.12.2012
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	31.562.807	26.614.354
Ativos intangíveis	6	50.487	69.245
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5	708	53.487
Participações financeiras - Outros métodos		41.569	54.169
		<b>31.655.569</b>	<b>26.791.255</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	9.105.889	8.992.435
Clientes	17	12.553.886	13.249.928
Adiantamentos a fornecedores		134.382	10.006
Estado e outros entes públicos		957.266	1.243.544
Outras contas a receber	17	441.184	633.307
Diferimentos	17	137.673	65.224
Ativos financeiros detidos para negociação	17		14.751
Ativos não correntes detidos para venda		109.225	7.112.036
Caixa e depósitos bancários	4	1.425.973	1.126.046
		<b>24.865.477</b>	<b>32.447.277</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>56.521.047</b>	<b>59.238.532</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	17	10.000.000	10.000.000
Prémios de emissão	17	4.653	4.653
Reservas legais	17	2.261.737	2.255.879
Outras reservas	17	7.001.253	6.320.771
Resultados transitados	17	-4.224.765	-3.423.143
Excedentes de revalorização	17;7	7.627.062	7.627.062
Outras variações no capital próprio	17	143.937	153.177
Resultado líquido consolidado do período	17	361.908	268.772
Interesses minoritários	17	-794.662	-463.322
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>22.381.122,38</b>	<b>22.743.849</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		230.907	206.995
Financiamentos obtidos	8;9	11.196.836	10.528.697
Passivos por impostos diferidos		959.591	1.034.061
		<b>12.387.334</b>	<b>11.769.753</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	8.863.144	9.626.457
Adiantamentos de clientes		284.116	10.006
Estado e outros entes públicos		837.070	740.647
Financiamentos obtidos	8;9	8.729.776	11.011.888
Outras contas a pagar	17	2.923.874	3.190.462
Diferimentos	17	114.611	145.468
		<b>21.752.591</b>	<b>24.724.929</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>34.139.924</b>	<b>36.494.683</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>56.521.047</b>	<b>59.238.532</b>



Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	46.334.509	49.216.544
Subsídios à exploração	13	112.445	123.227
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	12	4.299
Variação nos inventários da produção	11	505	-1.201.917
Trabalhos para a própria entidade		850.153	922.223
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-23.648.006	-24.045.065
Fornecimentos e serviços externos	20	-8.490.257	-9.306.967
Gastos com pessoal	5	-10.541.205	-10.910.323
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	467.435	-68.267
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-36.478	-193.355
Provisões (aumentos/reduções)	17	-57.755	-57.368
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-5.000	
Aumentos/Reduções de justo valor	17		551
Outros rendimentos e ganhos	12	1.725.035	2.240.193
Outros gastos e perdas	14;18	-2.151.356	-1.363.033
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.560.036</b>	<b>5.360.741</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-2.866.202	-2.889.459
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.693.834</b>	<b>2.471.282</b>
Juros e gastos similares suportados	16;19	-1.206.571	-1.852.847
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>487.263</b>	<b>618.435</b>
Imposto sobre rendimento do período	15	-378.475	-401.630
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>108.789</b>	<b>216.806</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe	17	361.908	268.772
Interesses minoritários		-253.119	-51.967
		<b>108.789</b>	<b>216.806</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>0,22</b>	<b>0,43</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

EUR

Rubricas	Períodos	
	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes	51.560.424	54.521.606
Pagamentos a fornecedores	-35.746.642	-37.325.720
Pagamentos ao pessoal	-9.587.409	-10.023.190
Caixa gerada pelas operações	6.226.373	7.172.696
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-427.730	-792.487
Outros recebimentos/pagamentos	-2.184.884	-2.897.413
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>3.613.759</b>	<b>3.482.796</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-1.798.286	-3.087.605
Ativos intangíveis		-5.046
Investimentos financeiros		-16.020
Outros Ativos	-34.610	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	574.366	381.383
Investimentos financeiros	60.380	
Juros e rendimentos similares	10.028	3.917
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-1.188.122</b>	<b>-2.723.370</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	5.179.080	13.024.058
Outras operações de financiamento	250	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-6.082.510	-12.940.260
Juros e gastos similares	-1.222.530	-1.471.994
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-2.125.710</b>	<b>-1.388.196</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	299.927	-628.770
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1.126.046</b>	<b>1.754.816</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.425.973</b>	<b>1.126.046</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2013

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	<b>6</b>	10.000.000	4.653	2.255.879	6.320.771	-3.423.143	7.627.062	153.177	268.772	23.207.170	-463.322	22.743.849
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis	7											
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			5.858	680.482	-801.622		-9.240	-268.772	-393.294	-331.340	-724.634
	7			5.858	680.482	-801.622		-9.240	-268.772	-393.295	-331.340	-724.634
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>								361.908	361.908		361.908
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>								93.136	93.136	-331.340	-362.726
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												
	10											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	10.000.000	4.653	2.261.737	7.001.253	-4.224.765	7.627.062	143.937	361.908	23.175.784	-794.662	22.381.122

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2012

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	<b>1</b>	10.000.000	4.653	2.252.864	5.068.854	-2.876.518	7.627.062	179.179	823.357	23.079.451	-411.355	22.668.096
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis	7											
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			3.015	1.251.917	-546.625		-26.002	-823.357	-141.053	-51.967	-193.020
	2			3.015	1.251.917	-546.625		-26.002	-823.357	-141.053	-51.968	-193.020
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>								268.772	268.772		268.772
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>								-554.585	-554.585	-51.968	75.752
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												
	5											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	10.000.000	4.653	2.255.879	6.320.771	-3.423.143	7.627.062	153.177	268.772	23.207.170	-463.322	22.743.849

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



# Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

## 1. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

### 1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/ Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oli, Srl Località Pian di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1.000.000
Moldaveiro Moldes, Lda Lugar do Milão, Esgueira - Aveiro	83,0%	500.000
Soplasnor - Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000
Nuno & Gradeço - Materiais de Construção, SA Paraimo, Sangalhos	99,07%	1.500.000

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de



consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica Interesses Minoritários.

#### Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

##### ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

##### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

#### ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os ativos não correntes detidos para venda são os bens de equipamento básico dado que a empresa arrendou as instalações e por isso reclassificou o edifício e terrenos para ativos fixos tangíveis. Na empresa mãe os ativos detidos para venda são moldes que foram classificados como tal, porque os ativos não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas através da possível alienação que se espera que venha a ocorrer.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

#### LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



#### CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

No grupo apenas a empresa-mãe capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor. Apenas temos em inventários dois apartamentos e uma loja deste edifício dado que os restantes ativos foram alienados

#### IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foi reconhecida na Demonstração de Resultados.

#### INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.



Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

#### RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;



- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa-mãe constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

#### SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

#### EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

#### IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.



A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

#### INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por Imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de



câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.

- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

#### BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

### 3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

## 4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

#### QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	5.856	15.301.389	15.300.448	6.797
Depósitos à ordem	1.120.190	181.192.890	181.158.904	1.154.176
Outros depósitos bancários		655.000	390.000	265.000
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>1.126.046</b>	<b>197.149.279</b>	<b>196.849.352</b>	<b>1.425.973</b>





## 5.1. Investimentos em subsidiárias e consolidação

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2013				Período 2012					
		Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos		
		Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto			Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto				
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83,00%	83,0%	MEP	927.251	Portugal	83,00%	83,0%	MEP	791.410
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	79,90%	79,9%	A)	4.762.500	Portugal	79,90%	79,9%	A)	4.454.500
	Oli SRL	Itália	99,0%	99,0%	MEP	4.854.569	Itália	99,0%	99,0%	MEP	4.367.690
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99,07%	99,07%	MEP	328.666	Portugal	99,07%	99,07%	MEP	401.170
<b>Total</b>						<b>10.872.986</b>					<b>10.014.770</b>

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

## 5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2013	Período 2012
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	474.720	538.014
Conselho de Administração - Soplasnor, Soc. Plásticos do Norte SA		
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	97.486	85.284
Gerência - OLI SRL	119.900	117.100
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço	27.519	24.403

## 6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	406.618		1.250.312	428.997		2.085.927
Amortizações acumuladas iniciais	393.951		1.244.113	378.618		2.016.682
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	12.667		6.199	50.379		69.245
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-12.667		-4.517	-1.574		-18.758
<b>Total das adições</b>						
<b>Total das diminuições</b>	<b>12.667</b>		<b>4.517</b>	<b>1.574</b>		<b>18.758</b>
Amortizações	12.667		4.517	1.574		18.758
<b>Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)</b>			<b>1.682</b>	<b>48.805</b>		<b>50.487</b>



QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	407.849	14.837	1.245.266	1.717.021	67.854	3.452.828
Amortizações acumuladas iniciais	352.991	14.438	1.225.283	340.550		1.933.261
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	54.858	400	19.983	1.376.472	67.854	1.519.566
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-42.191	-400	-13.784	-1.326.093	-67.854	-1.450.322
<b>Total das adições</b>			<b>5.046</b>			<b>5.046</b>
Aquisições			5.046			5.046
<b>Total das diminuições</b>	<b>42.191</b>	<b>400</b>	<b>18.830</b>	<b>38.068</b>		<b>99.489</b>
Amortizações	42.191	400	18.830	38.068		99.489
Transferências de AFI em curso					-67.854	-67.854
Outras transferências				-1.288.024		-1.288.024
<b>Quantia líquida escriturada final ( 9 = 7 + 8)</b>	<b>12.667</b>		<b>6.199</b>	<b>50.379</b>		<b>69.245</b>

## 7. Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	9.123.477	19.947.276	33.598.156	1.498.116	2.560.165	1.875.709	1.667.591		70.270.491
Depreciações acumuladas iniciais		6.902.050	25.840.609	1.270.071	2.257.356	1.836.884			38.106.969
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	9.123.477	13.045.226	7.757.547	228.045	302.809	38.825	1.667.591		32.163.521
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	104.467	-1.231.805	-382.814	-16.334	-6.859	-18.772	951.402		-600.715
<b>Total das adições</b>	<b>104.467</b>		<b>625.634</b>	<b>113.900</b>	<b>98.702</b>	<b>467</b>	<b>1.957.851</b>		<b>2.901.021</b>
Aquisições em 1.ª mão	104.467		625.634	113.900	98.702	467	1.957.851		2.901.021
Outras									
<b>Total das diminuições</b>		<b>1.295.017</b>	<b>1.889.323</b>	<b>130.234</b>	<b>136.362</b>	<b>19.239</b>			<b>3.470.176</b>
Depreciações		1.295.017	1.722.027	-110.438	-377.689	10.442			2.539.359
Alienações			141.860	200.744	151.303	4.039			497.946
Abates			25.436	39.927	362.748	4.758			432.870
Transferências de AFT em curso		63.213	912.435		30.802		-1.006.449		0
Outras transferências			2.789						2.789
<b>Quantia líquida escriturada final ( 6 = 4 + 5)</b>	<b>9.227.944</b>	<b>11.813.422</b>	<b>7.374.733</b>	<b>211.711</b>	<b>295.950</b>	<b>20.054</b>	<b>2.618.994</b>		<b>31.562.807</b>

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6.723.810	14.376.695	31.437.869	1.551.687	2.484.002	1.846.167	1.304.160	50.000	59.774.389,30
Depreciações acumuladas iniciais		6.182.210	24.048.356	1.283.119	2.210.929	1.815.216			35.539.830,43
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6.723.810	8.194.484	7.389.513	268.568	273.072	30.951	1.304.160	50.000	24.234.558,87
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	104.867	1.461.808	502.602	-40.523	29.736	7.874	363.432	-50.000	2.379.795,15
<b>Total das adições</b>	<b>104.867</b>	<b>1.784.444</b>	<b>953.564</b>	<b>126.528</b>	<b>97.164</b>	<b>30.245</b>	<b>2.573.671</b>		<b>5.670.481,80</b>
Aquisições em 1.ª mão		63.558	953.564	126.528	97.164	30.245	2.573.671		3.844.729,36
Outras	104.867	1.720.886							1.825.752,44
<b>Total das diminuições</b>		<b>719.840</b>	<b>2.197.866</b>	<b>167.051</b>	<b>133.559</b>	<b>22.371</b>			<b>3.240.686,65</b>
Depreciações		719.840	1.892.704	-6.314	40.049	22.371			2.668.649,32
Alienações			304.423	114.552	3.329				422.303,75
Abates			739	58.813	90.403				149.955,06
Outras					-221				-221,48
Transferências de AFT em curso		397.203	1.746.905		66.131		-1.997.644		212.595,55
Outras transferências							-212.596	-50.000	-262.595,55
<b>Quantia líquida escriturada final ( 6 = 4 + 5)</b>	<b>6.828.677</b>	<b>9.656.292</b>	<b>7.892.115</b>	<b>228.045</b>	<b>302.809</b>	<b>38.825</b>	<b>1.667.591</b>		<b>26.614.354</b>

## Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Valor do excedente de revalorização no início do período	5.180.327	1.740.630	7.627.062
<b>Variações do período: (2=2.1-2.2)</b>			
<b>Valor do excedente de revalorização no fim do período</b>	<b>5.180.327</b>	<b>1.740.630</b>	<b>7.627.062</b>

## 8. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2013	Período 2012
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Audi A6	73.402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013		8.936
	Leasing	VW Passat	30.846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013		2.580
	Leasing	VW Passat	35.000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	11.212	19.901
	Leasing	VW Sharan	39.500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015		24.127
	Leasing	Prensa	281.500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	151.458	205.249
	Leasing	VW Sharan	31.500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	14.848	22.447
	<b>Subtotais</b>		<b>491.747</b>					<b>177.518</b>	<b>283.240</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	175.000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013		21.374
	<b>Subtotais</b>		<b>175.000</b>						<b>21.374</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Golf	26.400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	3.899	10.544
	Leasing	Eq. Industrial	170.000	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013		36.360
	<b>Subtotais</b>		<b>196.400</b>					<b>3.899</b>	<b>46.904</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	154.104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-06-2017	89.986	112.263
	<b>Subtotais</b>		<b>154.104</b>					<b>89.986</b>	<b>112.263</b>
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Industrial	344.751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	293.274	344.751
	Leasing	VW Passat	35.500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	28.412	34.864
	Leasing	VW Sharan	40.000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	34.466	
	<b>Subtotais</b>		<b>420.251</b>					<b>356.153</b>	<b>379.615</b>
<b>Totais</b>		<b>1.437.502</b>					<b>627.556</b>	<b>843.396</b>	

OLI SRL

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2013	Período 2012
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	OLINT - Leasing 1	Edifício	4.724.547	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012		340.064
	<b>Subtotais</b>		<b>4.724.547</b>						<b>340.064</b>
<b>Total</b>			<b>4.724.547</b>						<b>340.064</b>



## 9. Custos de empréstimos obtidos

Os empréstimos genéricos do grupo encontram-se registados pelos valores seguintes:

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Overdraft	16.678		16.678	12		12
Programa de Papel Comercial	1.750.000	3.500.000	5.250.000	1.500.000	4.500.000	6.000.000
Médio e Longo Prazo	6.604.971	6.941.330	13.546.301	8.798.833	5.421.677	14.220.510
Leasing	185.533	442.023	627.556	236.377	607.019	843.396
Desconto cheques pré-datados e letras	172.595		172.595	476.474		476.474
Depósitos à ordem				193		193
FEDER - Candidatura nº 27024		313.483	313.483			
<b>Total</b>	<b>8.729.776</b>	<b>11.196.836</b>	<b>19.926.612</b>	<b>11.011.889</b>	<b>10.528.696</b>	<b>21.540.585</b>

## 10. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	3.283.998	56.842	3.227.155	4.019.057	310.999	3.708.058
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.615.932	158.927	2.457.005	2.201.045	172.769	2.028.277
Produtos acabados e intermédios	3.429.699	7.971	3.421.728	3.461.770	216.416	3.245.354
Adiantamento por conta de compras				10.746		10.746
<b>Total</b>	<b>9.329.629</b>	<b>223.741</b>	<b>9.105.889</b>	<b>9.692.618</b>	<b>700.183</b>	<b>8.992.435</b>

## 11- Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

EUR

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	3.838.598	2.392.250	6.230.848	4.035.562	2.274.518	6.310.080
Compras	3.785.438	19.543.313	23.328.751	4.235.934	19.842.676	24.078.610
Reclassificação e regularização de inventários	80.100	41.660	121.760	76.587	36.190	112.777
Inventários finais	3.163.155	2.626.678	5.789.833	3.838.598	2.392.250	6.230.847
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)</b>	<b>4.380.781</b>	<b>19.267.225</b>	<b>23.648.006</b>	<b>4.356.311</b>	<b>19.688.754</b>	<b>24.045.065</b>
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	-1.910	-4.834	-6.744	3.799	19.648	23.447
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	56.843	101.565	158.408	49.206	115.407	164.613

## 12. Outros rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		EUR	
Descrição	Total		
	2013	2012	
Rendimentos suplementares	1.135.577	1.459.418	
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.921	11.270	
Recuperação dívidas a receber	12.160	4.569	
Ganhos em inventários	2.124	1.083	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	18.774	34.098	
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	19.726	210.239	
Outros	512.376	474.673	
Juros obtidos	19.378	44.844	
Outros rendimentos similares			
<b>Total</b>	<b>1.725.035</b>	<b>2.240.193</b>	

## 13. Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo da empresa mãe, relevados nas demonstrações financeiras:

### RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	02-01-2012	11-11-2013	4.156	17.987	22.143
	IEFP - Instituto de emprego e formação profissional	Medida / Programa estágio emprego	IEFP	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2013	31-12-2013	9.331		9.331
	Dosing - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2011	05-07-2013	68.765	6.674	75.439
	<b>Subtotais</b>							<b>82.251</b>	<b>24.661</b>	<b>106.913</b>
Reembolsável	ICEP - Investimento e comércio em Portugal	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2.012.215		2.012.215
	FEDER - Fundo Europeu de desenvolvimento Regional	Sistema de Incentivos à Inovação	Agência Investimento e Comercio Externo	Financeiro	Reembolsável sem juros	05-05-2012	30-04-2015	313.483		313.483
	<b>Subtotais</b>							<b>2.325.698</b>		<b>2.325.698</b>
<b>Totais</b>							<b>2.407.949</b>	<b>24.661</b>	<b>2.432.611</b>	

Da subsidiária Moldaveiro, temos a informação seguinte:

### RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social	Financeiro	Fundo perdido	26-05-2012	30-10-2013	2.998	2.534	5.532
	<b>Total</b>							<b>2.998</b>	<b>2.534</b>	<b>5.532</b>

## 14. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

### EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Descrição	EUR	
	31-12-2013	31-12-2012
<b>Diferenças de Câmbio</b>		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.293	45.392
Diferenças de câmbio favoráveis	12.004	34.098
Líquidas e reconhecidas em capitais próprios no período		

## 15. Impostos sobre o rendimento

### QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.309.691	1.065.492
Imposto corrente	452.946	408.806
Imposto diferido	-74.470	-7.176
<b>Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)</b>	<b>378.475</b>	<b>401.629</b>
Tributações autónomas	60.720	66.549

## 16. Outros instrumentos de dívida

### QUANTIA ESCRITURADA EM OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

EUR

Descrição		31-12-2013			31-12-2012		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 2				2.500.000	3,75%	-22.705
	Contrato SWAP 6				5.000.000	5,15%	-188.129
<b>Total</b>					<b>7.500.000</b>		<b>-210.834</b>

## 17. Instrumentos Financeiros

### 17.1. Divulgação de valores de terceiros

#### QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2013	31-12-2012
<b>Clientes</b>	<b>12.553.886</b>	<b>13.249.928</b>
Conta Corrente	9.725.948	10.122.210
Titulos a Receber	2.908.778	3.176.112
Cobrança Duvidosa	2.230.398	2.543.140
Perdas de Imparidade	-2.311.238	-2.591.534
<b>Adiantamentos de Clientes</b>	<b>284.116</b>	<b>10.006</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>8.863.144</b>	<b>9.626.457</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>134.382</b>	<b>10.006</b>
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2.923.874</b>	<b>3.190.462</b>
Pessoal	122.813	97.716
Fornecedores Investimentos	532.734	686.427
Credores por acrescimos de gastos- juros	58.590	89.776
Credores por acrescimos de gastos- seguros	12.215	16.770
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	1.623.688	1.588.970
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	36.181	
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	479.012	413.462
Outros Credores	58.640	297.340
<b>Outras contas a receber</b>	<b>441.184</b>	<b>633.307</b>
Fornecedores	9.326	13.108
Pessoal	29.363	25.389
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	225.577	232.679
Outros Devedores	176.918	362.131
<b>Total</b>	<b>25.200.586</b>	<b>26.720.167</b>



## 17.2. Provisões do exercício

CONSOLIDADO

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	103.368	103.628	206.995
<b>Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)</b>	<b>81.097</b>	<b>182</b>	<b>81.279</b>
Total de aumentos	81.097	182	81.279
Reforço	81.097	182	81.279
<b>Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)</b>	<b>57.755</b>		<b>57.755</b>
<b>Quantia escriturada final</b>	<b>127.097</b>	<b>103.809</b>	<b>230.907</b>

## 17.3. Divulgação de informação sobre os interesses conjuntos

NUNO & GRADEÇO, SA

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Quantia bruta escriturada inicial	52.780	54.998
<b>Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)</b>	<b>52.780</b>	<b>54.998</b>
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	-52.780	-2.218
Parte do investidor nos resultados da investida		4.299
Alienações	52.780	
Outros movimentos do período		-6.517
<b>Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)</b>		<b>52.780</b>

OLIVER

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
<b>Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)</b>		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	12	
Parte do investidor nos resultados da investida	12	
<b>Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)</b>	<b>12</b>	

## 17.4. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Capital próprio</b>		
Capital	10.000.000	10.000.000
Prémios de emissão	4.653	4.653
Reservas legais	2.261.737	2.255.879
Outras reservas	7.001.253	6.320.771
Resultados transitados	-4.224.766	-3.423.143
Excedentes de revalorização	7.627.062	7.627.062
Outras variações no capital próprio	143.937	153.177
Resultado Líquido do Exercício	361.908	268.772
Interesses minoritários	-794.662	-463.322
<b>Total</b>	<b>22.381.122</b>	<b>22.743.849</b>

## 18. Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS		EUR	
Descrição	Total		
	2013	2012	
Impostos	115.197	115.961	
Descontos de pronto pagamento concedidos	270.873	299.464	
Dívidas Incobráveis	161.944	52.694	
Perdas em Inventários	51.659	64.234	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros			
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	1.248.060	84.425	
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	52.846	103.795	
Donativos	46.461	25.399	
Quotizações	10.059	11.294	
Ofertas e amostras em Inventários	46.175	64.116	
Insuficiência em estimativa de Impostos	56.639	159.124	
Outros	91.444	382.527	
<b>Total Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2.151.355</b>	<b>1.363.033</b>	

## 19. Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2013	2012	
Juros Suportados	1.206.571	1.852.847	
<b>Total Juros e Gastos Similares Suportados</b>	<b>1.206.571</b>	<b>1.852.847</b>	

## 20. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

### 20.1. Informação de garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS			EUR
Descrição	Beneficiário	Valor	
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16.000	
<b>Total</b>		<b>16.000</b>	

### 20.2. Informação de vendas por mercados

Descrição	2013				2012			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
	Portugal	225.000	2.506.510	8.088.176	10.819.686	1.520.600	3.554.995	7.525.671
Outros		1.803.860	33.710.963	35.514.823		1.074.397	35.540.881	36.615.278
<b>Total</b>	<b>225.000</b>	<b>4.310.370</b>	<b>41.799.139</b>	<b>46.334.509</b>	<b>1.520.600</b>	<b>4.629.392</b>	<b>43.066.552</b>	<b>49.216.544</b>





### 20.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

#### HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Descrição	2013	2012
Revisão legal das contas	22.200	22.200
Outros serviços	2.250	300
<b>Totais</b>	<b>24.450</b>	<b>22.500</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



## VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S. A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de Julho, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas elaboradas pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal da Consolidação que nos foi facultada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

**O Relatório de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pela Administração.**

Aveiro, 7 de Maio de 2014

### O CONSELHO FISCAL

Dr. António Maria Antas Teles

- **PRESIDENTE**

Eng.º José Luís Azevedo Cacho

- **VOGAL**

Dr. José Davide Teixeira Cerqueira (ROC nº. 848)

- **VOGAL E ROC**

# VIII. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

CARMO &  
CERQUEIRA | SROC



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 56.521.047 euros e um total de capital próprio de 22.381.122 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 361.908 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação, a



apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e, (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, os Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício.

Porto, 7 de Maio de 2014

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.  
Representada por

José Davide Cerqueira, ROC n.º 1586



Inspired by water...



**Oliveira & Irmão, S.A.**  
Variante da Cidade,  
Apartado 705,  
3801 - 851 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200  
F (+351) 234 300 220  
[www.oli.pt](http://www.oli.pt)  
[geral@oli.pt](mailto:geral@oli.pt)

**GRANDES** EM  
EXPERIÊNCIA  
JOVENS  
NAS  
**IDEIAS**

